

MACÊDO JR., A. M.; PEREIRA, R. S.; BARBOSA, J. R. A. Quando a língua morre na fronteira: ecodiscursividade evolutiva, migração forçada e os limites da linguística evolutiva – o nascimento do campo epistemológico da Necrolinguística. *ReVEL*, v. 24, n. 46, 2026. [www.revel.inf.br].

Quando a língua morre na fronteira: ecodiscursividade evolutiva, migração forçada e os limites da linguística evolutiva – o nascimento do campo epistemológico da Necrolinguística

When language dies at the border: evolutionary ecodiscursivity, forced migration, and the limits of evolutionary linguistics – the birth of the epistemological field of Necrolinguistics

Adriano Menino de Macêdo Júnior¹

Renato da Silva Pereira²

José Roberto Alves Barbosa³

adrianomenino2016@gmail.com

renatobaato@gmail.com

josealves@uern.br

RESUMO: Este artigo investiga a migração forçada como o cenário privilegiado para observar o ponto extremo da vida das línguas, propondo, a partir do método arqueogenético foucaultiano, o nascimento do campo epistêmico da Necrolinguística. O objetivo central consiste em compreender como os enunciados de sujeitos deslocados – pronunciados na fronteira, na cela, no deserto ou na travessia – constituem organismos discursivos em agonia, fósseis vivos que registram o instante exato em que uma língua luta para permanecer no mundo. Metodologicamente, a pesquisa mobiliza a arqueologia (Foucault 2005) para escavar formações discursivas, a priori históricos e arquivos que

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL e Pesquisador no Grupo de Estudo do Discurso na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – GEDUERN/UERN; Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – PPGL/UERN; Pesquisador no Núcleo de Leituras Discursivas da Universidade Federal do Amapá – NULDIS/UNIFAP.

³ PhD em Análise do Discurso pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Professor na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

permitted the appearance of the enunciated, and acions genealogy to trace the forces of biopolitics and necropolitics (Foucault 1987; 1999; Mbembe 2018) that administer life and death of languages. The study incorporates the theoretical category of the linguistic body without organs, inspired by Deleuze and Guattari (2010), and formulates the concept of necrolinguopolitics, which explains how states, borders, and security regimes administer linguistic disappearance. The results demonstrate that the supposed “linguistic evolution” of migrant languages is neither natural nor gradual: it constitutes a forced mutation, administered by devices that silence repertoires, interrupt intergenerational transmission, and reduce entire languages to the status of discursive residues. Each analyzed utterance reveals itself as an enunciative fossil, the last trace of a world in dissolution. The conclusion asserts that this article formally inaugurates Necrolinguistics, a field dedicated to studying, in real time, the death of languages, their final resistances, and their minimal surviving vestiges. Far from closing the discussion, the study opens pathways for future investigations that may expand, consolidate, and deepen this new science of linguistic disappearance.

PALAVRAS-CHAVE: ecodiscursividade evolutiva; linguística evolutiva; imigração.

ABSTRACT: This article investigates forced migration as the privileged scenario for observing the extreme threshold of linguistic life, proposing, through the Foucauldian archaeogenealogical method, the emergence of the epistemic field of Necrolinguistics. The central objective is to understand how the utterances of displaced subjects—spoken at the border, in detention cells, in the desert, or during the crossing—constitute discursive organisms in agony, living fossils that record the precise moment in which a language struggles to remain in the world. Methodologically, the study mobilizes archaeology (Foucault 2005) to excavate discursive formations, historical a priori, and the archives that allow utterances to appear; and activates genealogy to trace the biopolitical and necropolitical forces (Foucault 1987; 1999; Mbembe 2018) that administer the life and death of languages. The study also incorporates the theoretical category of the linguistic body without organs, inspired by Deleuze and Guattari (2010), and formulates the concept of necrolinguopolitics, which explains how states, borders, and security regimes administer linguistic disappearance. The results demonstrate that the supposed “linguistic evolution” of migrant languages is neither natural nor gradual: it constitutes a forced mutation, administered by devices that silence repertoires, interrupt intergenerational transmission, and reduce entire languages to the status of discursive residues. Each analyzed utterance reveals itself as an enunciative fossil, the last trace of a world in dissolution. The conclusion asserts that this article formally inaugurates Necrolinguistics, a field dedicated to studying, in real time, the death of languages, their final resistances, and their minimal surviving vestiges. Far from closing the discussion, the study opens pathways for future investigations that may expand, consolidate, and deepen this new science of linguistic disappearance.

KEYWORDS: evolutionary ecodiscursivity; evolutionary linguistics; migration.

1. Introdução

Este artigo investiga a imigração forçada como cenário privilegiado para observar os limites extremos da vida das línguas, propondo, a partir do método arqueogenealógico foucaultiano, a emergência do campo epistêmico da Necrolinguística. O objetivo central consiste em compreender como os enunciados de sujeitos deslocados — pronunciados em fronteiras, centros de detenção, travessias marítimas ou desertos migratórios — constituem organismos discursivos em situação de rarefação linguística, nos quais a linguagem luta para sobreviver às forças

biopolíticas e necropolíticas que regulam a vida e administram a morte simbólica das palavras. O *corpus* da pesquisa é constituído por material jornalístico internacional que registra testemunhos diretos de migrantes e refugiados, selecionado por sua capacidade de preservar, no arquivo midiático, enunciados produzidos em contextos extremos de deslocamento forçado. Nesse sentido, o *corpus* arqueológico reúne reportagens e relatos publicados por Erica Bryant (2025), Arelis R. Hernández (2025), Soledad Castillo (2019) e Ilyas Ahmad Elmi (2024), nos quais se inscrevem testemunhos de sujeitos migrantes em situação de travessia, confinamento ou solicitação de asilo.

Já o *corpus* genealógico articula materiais que evidenciam processos históricos de desaparecimento linguístico ou de reorganização coercitiva das línguas em regimes biopolíticos e necropolíticos, mobilizando registros jornalísticos sobre extinção linguística, repressão cultural e políticas de gestão da linguagem, tais como os relatos de Fabian Cambero (2022), Reuters (2023), Sunaina Kumar (2019) e Roland Kalamo e Charlotte Alfred (2018). A escolha desse material justifica-se pelo fato de que o discurso jornalístico funciona como arquivo contemporâneo de emergência enunciativa, preservando fragmentos de fala que frequentemente representam os últimos vestígios discursivos de comunidades linguísticas submetidas a regimes de deslocamento, guerra, colonialidade ou exílio, ou seja, o que cognominaremos de “*fosseis* enunciativos”. Dessa forma, o *corpus* não é mobilizado para uma análise estrutural da língua, mas como arquivo enunciativo no qual se materializam processos de rarefação discursiva, permitindo observar como as línguas, ao atravessarem fronteiras e regimes de poder, sofrem mutações, apagamentos ou deixam rastros derradeiros de existência. A partir desse recorte, busca-se evidenciar o discurso migrante como organismo vivo em seu limiar, revelando de que modo a linguagem, ao ser enunciada em contexto de deslocamento forçado, expõe a materialidade das forças históricas que moldam, restringem e, por vezes, condenam ao silêncio aquilo que insiste em existir.

À guisa de prosseguimento, a migração constitui um dos fenômenos mais antigos e estruturantes da experiência humana, inscrita nos deslocamentos que, desde as primeiras diásporas, configuram formas de vida, modos de sociabilidade e regimes de existência. Ao longo da história, mover-se não foi apenas uma ação

espacial, mas sobretudo um gesto de sobrevivência, imposto por forças econômicas, ambientais, bélicas e políticas que ultrapassam a capacidade individual de escolha. Por esses acontecimentos, os deslocamentos forçados do presente — resultantes da intensificação das guerras civis, do colapso climático, da desertificação progressiva, da fome, das desigualdades estruturais e das violências paramilitares — apenas atualizam, sob novas tecnologias de poder, uma condição ancestral: a vida humana como vida em trânsito. A mobilidade, que outrora poderia pressupor horizontes de recomposição, converte-se, no mundo contemporâneo, em um mecanismo de expulsão, uma fuga permanente de territórios convertidos em zonas de insuportabilidade. Desse modo, a migração forçada emerge como sintoma da falência das estruturas que deveriam garantir o mínimo de habitabilidade da existência, e como operação biopolítica que regula, distribui e hierarquiza populações inteiras, definindo quem pode permanecer, quem deve atravessar e quem será abandonado à própria sorte.

Atravessando o tempo, os fluxos migratórios revelam-se atravessados por lógicas necropolíticas que transformam trajetórias humanas em estatísticas, corpos em fronteiras vivas e experiências em narrativas de risco. Os fatores que desencadeiam os fluxos de migração — perseguição religiosa, limpeza étnica, ditaduras militares, implosões econômicas, crises ambientais, megaprojeções capitalistas que expropriam terras — compõem um quadro em que a expulsão dos sujeitos não é um acidente, mas o resultado de um cálculo político-global. À medida em que o mundo é reorganizado segundo hierarquias raciais, geopolíticas e econômicas, a travessia torna-se o lugar em que a vida é administrada por dispositivos de confinamento, securitização e vigilância. Nesses regimes, migrar não significa apenas deslocar-se: significa sobreviver. A travessia — do Mediterrâneo, do deserto do Saara, das selvas centro-americanas, do mar do Caribe — é o espaço-limite onde a vida humana é testada em sua última potência. Os depoimentos dos imigrantes que atravessam essas fronteiras carregam, portanto, não apenas os rastros da violência histórica, mas também os últimos vestígios de suas línguas, de seus mundos e de suas memórias: é nesse ponto que a Ecodiscursividade Evolutiva encontrará sua matéria mais viva e ao mesmo tempo mais frágil — o enunciado que insiste em existir mesmo quando tudo ao redor o condena ao silêncio.

Nesse mesmo limiar em que vida e linguagem se coescrevem, a Ecodiscursividade Evolutiva é o campo teórico que compreende o discurso como organismo simbiótico e político, em constante mutação sob a incidência das forças de poder que regulam a vida e administram a morte. Trata-se de uma ecologia do dizer, um sistema histórico em que os enunciados sobrevivem, se transformam ou se extinguem conforme os regimes biopolíticos e necropolíticos que delimitam o que pode existir linguisticamente em uma determinada época. O discurso não é reflexo, mas *habitat*; não representa a vida, mas a compõe. Ele é o espaço vital das existências simbólicas, o ambiente onde a linguagem se torna possibilidade de sobrevivência ou de apagamento.

É precisamente nesse horizonte que a formulação de que o discurso constitui um *habitat* deve ser compreendida. Na arqueologia foucaultiana, o discurso não se reduz a uma simples manifestação linguística ou a um reflexo imediato das condições sociais, mas designa um regime histórico específico de existência dos enunciados. Como observa Foucault, “quanto ao termo discurso, de que aqui usamos e abusamos em sentidos bem diferentes, podemos agora compreender a razão de seu equívoco: da maneira mais geral e imprecisa, ele designava um conjunto de performances verbais; e entendia-se então por discurso o que havia sido produzido (eventualmente tudo que havia sido produzido) em matéria de conjunto de signos. Mas se compreendia também por discurso um conjunto de atos de formulação, uma série de frases ou de proposições. Enfim – e este sentido foi finalmente privilegiado (com o primeiro que lhe serve de horizonte) –, o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência” (Foucault 2005: 122). É precisamente essa noção de modalidade de existência que permite compreender o discurso como um meio histórico de possibilidade, no qual certos modos de dizer podem emergir, circular e persistir, enquanto outros são interditados, deslocados ou conduzidos ao desaparecimento.

Ao demonstrar que “a lei de tal série é precisamente o que chamei, até aqui, formação discursiva”, Foucault indica que o discurso se organiza segundo um princípio de dispersão que distribui historicamente os enunciados, de modo que “esta é o princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases ou das

proposições, mas dos enunciados” (Foucault 2005: 122). Assim, quando afirmamos que a Ecodiscursividade Evolutiva concebe que o discurso não é reflexo, mas *habitat*, indica-se que os enunciados não apenas representam realidades sociais ou históricas, mas passam a existir dentro de um regime de formação que os torna possíveis, distribuindo-os segundo regularidades de emergência, permanência e extinção. Nesse sentido, a Necrolinguística⁴, que aqui se delineará, não corresponde a uma metáfora vitalista aplicada à linguagem, mas a um modo de descrever arqueogeneologicamente a dispersão dos enunciados em contextos nos quais regimes de poder produzem zonas de sobrevivência discursiva e zonas de morte linguística. A regularidade dessa dispersão pode ser observada justamente nos testemunhos enunciativos produzidos em contextos de migração forçada e fronteira, nos quais se evidenciam fragmentos de línguas deslocadas, silenciadas ou progressivamente substituídas, configurando aquilo que se pode denominar fósseis enunciativos⁵: marcas discursivas de uma vida linguística que persiste sob condições de agonia histórica. É nesse ponto que a Ecodiscursividade Evolutiva e a Necrolinguística convergem com a arqueologia do saber de Foucault (2005), pois ambas se orientam pela análise das condições históricas que regulam a existência dos enunciados, compreendendo que o discurso constitui um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (Foucault, 2005), ao mesmo tempo em que deslocam essa análise para os limiares em que as línguas não apenas se transformam, mas são politicamente conduzidas ao desaparecimento.

Em desdobramento direto desse ecossistema discursivo, o princípio da Ecodiscursividade Evolutiva repousa na convicção foucaultiana de que o discurso é histórico, descontínuo e atravessado por relações de poder. Nesse ecossistema, as “espécies enunciativas” se adaptam às condições arqueológicas dos saberes impostas pelo *a priori histórico e arquivo*, que determina os limites do dizível e as fronteiras da emergência discursiva. Cada formação discursiva corresponde a um *habitat* no

⁴ Sob a nossa concepção semântica inaugural, a Necrolinguística trata-se do campo de investigação que analisa as condições discursivas, políticas e históricas que produzem a morte, a agonia e os vestígios finais das línguas, tomando o enunciado como registro material da sobrevivência ou extinção linguística.

⁵ Entenderemos, semanticamente, que a definição mais técnica desse conceito dentro do campo epistemológico da Necrolinguística, que um fóssil enunciativo trata-se de um enunciado produzido em condições históricas extremas de rarefação linguística, no qual se inscrevem os últimos vestígios de uma língua ou comunidade discursiva em processo de desaparecimento.

qual determinados modos de dizer prosperam enquanto outros desaparecem. O arquivo, entendido como bioma simbólico, é o território onde sobrevivem os fósseis enunciativos — rastros de palavras interditas e de sentidos extintos que denunciam as violências epistêmicas que moldaram a história.

Sob a lente do ecossistema genealógico, a Ecodiscursividade Evolutiva expõe que a chamada “evolução da linguagem” é menos um efeito natural e mais um processo político, operado por dispositivos que administram a vida simbólica e decidem a morte das línguas. O que a Linguística Evolutiva tende a interpretar como transformação espontânea da linguagem revela-se, na verdade, como o resultado de um regime de controle discursivo, no qual certas formas são preservadas, outras são mutiladas e outras ainda são empurradas para o desaparecimento. É nesse ponto que a teoria dialoga frontalmente com Foucault (1996), quando ele afirma que, “em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam ‘conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade’” (Foucault 1996: 8-9).

Ou seja, os discursos de povos imigrantes são selecionados, administrados e hierarquizados pelos dispositivos biopolíticos que regulam a vida simbólica e pelos dispositivos necropolíticos que definem as línguas, vozes e narrativas que devem morrer. Assim, a transformação linguística não é inocente: ela emerge como produto dessas tecnologias de vigilância, visibilidade e silenciamento que estruturam o campo contemporâneo da comunicação. A linguagem evolui porque é forçada a evoluir; adapta-se porque é coagida a adaptar-se. A própria sobrevivência das palavras depende das estratégias de poder que autorizam sua circulação ou decretam sua extinção.

Desse panorama em que a vida da palavra é regulada pelo poder, vai ser nesse ponto que o discurso dos sujeitos em deslocamento forçado se revela como a forma mais pura da Ecodiscursividade Evolutiva: uma linguagem que sobrevive apesar da morte, que se transforma ao ser traduzida, que resiste mesmo ao ser apropriada. No testemunho jornalístico de um imigrante, observa-se o instante em que uma língua, possivelmente, quando não consegue resistir ao sistema capitalista opressor, alcança seu último suspiro — não apenas enquanto idioma, mas enquanto forma de mundo.

Quando um sujeito deslocado pronuncia sua experiência, muitas vezes pela última vez no idioma de origem, o enunciado assume a potência de um organismo em extinção que luta para deixar traços antes de ser absorvido, diluído ou substituído.

Desse modo, ao alcançar o grau extremo de rarefação discursiva, é nesse ponto-limite em que uma língua exalada ainda tenta existir no mundo sob a forma de um depoimento, de uma frase, de uma memória verbal que registra o seu próprio fim, a Ecodiscursividade Evolutiva encontra lastro na noção de infâmia elaborada por Foucault (2003), sem, contudo, se confundir com ela. Se, em *A vida dos homens infames* figuram “vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos”, reduzidas a “um punhado de palavras” que as abatem e, ao mesmo tempo, lhes oferecem “um certo efeito misto de beleza e de terror”, aqui se delineia o equivalente linguístico dessas existências-relâmpago: não mais apenas homens obscuros, mas línguas inteiras reduzidas ao estatuto de restos, de fósseis enunciativos/discursivos cuja única chance de sobrevivência reside em alguns enunciados derradeiros (Foucault 2003: 203-205).

Sob esse horizonte de existência ínfima, assim como aquelas vidas “não teriam jamais existido senão ao abrigo precário dessas palavras” (Foucault 2003: 207) que as fixaram no arquivo, também o idioma do sujeito em deslocamento forçado só persiste como forma de mundo porque tropeça no poder, porque é atravessado por documentos, reportagens, cartas, pedidos de asilo, protestos e súplicas que o registram no exato instante em que o querem apagar. A Ecodiscursividade Evolutiva amplia, então, o gesto foucaultiano (2003: 203-205): em vez de apenas recolher “existências reais” que se tornaram “estranhos poemas” ao colidirem com o Estado, passa a ler o último fôlego de uma língua como *infâmia linguística* — uma vida simbólica ínfima, aparentemente destinada a desaparecer sem rastro, mas que, ao ser capturada pelo arquivo midiático-jurídico, converte-se em monumento mínimo e vertiginoso de resistência.

Diante desse quadro de sobrevivência espectral, o enunciado do migrante à beira da extinção linguística torna-se o lugar em que a palavra, tal como os homens infames, “só sobreviveria do choque com um poder que não quis senão aniquilá-la” (Foucault 2003: 208); e é precisamente essa sobrevivência paradoxal, esse clarão de língua prestes a morrer e, ainda assim, a insistir, que a Ecodiscursividade Evolutiva

se propõe a rastrear, salvar e reinscrever arqueogeneologicamente como prova última de que nenhuma língua morre inteiramente: ela deixa fósseis enunciativos/discursivos, resíduos de mundo, lampejos de vida que só uma teoria capaz de olhar para o ínfimo — para o quase nada — pode reconhecer como formas legítimas de existência linguística. Assim, o derradeiro enunciado não é apenas resto: é monumento mínimo, traço resistente, sopro insurgente que desafia o esquecimento e devolve às línguas moribundas a dignidade de terem sido.

É nesse ponto que a teoria reencontra sua potência conceitual, a Ecodiscursividade Evolutiva propõe que cada enunciado é um ser vivo inscrito em uma ecologia do poder, submetido a processos de seleção, mutação e extinção. A vitalidade discursiva é paradoxal: a linguagem só sobrevive porque se submete à coerção histórica. Adaptar-se ao regime de visibilidade — ou desaparecer dele — é o dilema constitutivo da palavra. O discurso torna-se, assim, campo de batalha da vida e da morte simbólica, local em que o humano disputa o direito de existir discursivamente, ainda que apenas como vestígio.

Desse horizonte interpretativo, essa teoria ancora-se no método *arqueogeneológico*: a arqueologia escava as formações discursivas, os enunciados, o *a priori* histórico e o arquivo que sustentam o dizer; a genealogia rastreia as forças biopolíticas e necropolíticas que condicionam sua sobrevivência. Em sua formulação mais densa, a Ecodiscursividade Evolutiva afirma que o discurso é organismo de poder: vive e morre dentro dos dispositivos que o sustentam, evolui não por natureza, mas por história. Cada regime discursivo é uma ecologia governada por forças que definem o dizível e o indizível, o vivo e o morto, o audível e o silenciado. Por consequência natural desse movimento analítico, a teoria revela o âmago da contemporaneidade: um mundo em que a linguagem é o último refúgio da existência e, simultaneamente, o campo de sua extinção. A Ecodiscursividade Evolutiva é, torna-se assim, a teoria crítica dos modos de sobrevivência da palavra — uma análise da vida simbólica em seu ponto mais vulnerável, onde a língua, prestes a desaparecer, ainda tenta respirar em um derradeiro enunciado.

Diante dessa cartografia da agonia linguística, a existência da Ecodiscursividade Evolutiva encontra suas condições de possibilidade precisamente naquilo que a própria Linguística Evolutiva não alcança ou não pode dizer. Ao

privilegiar modelos de transformação gradual, adaptação orgânica e continuidade filogenética das línguas, a Linguística Evolutiva opera dentro de um paradigma que tende a naturalizar o movimento linguístico, apagando os vetores históricos, políticos e violentos que moldam os destinos da palavra.

Todavia, é precisamente nesse aparente silêncio, é justamente nesse ponto cego que a Ecodiscursividade Evolutiva se inscreve: aquilo que a Linguística Evolutiva interpreta como evolução pode, em muitos casos, ser a cicatriz discursiva deixada por regimes de poder que coagiram a língua a sobreviver de outro modo. O discurso, ao resistir, não evolui por natureza: ele evolui por necessidade. A língua que respira pela última vez na boca de um imigrante não desaparece; ela luta. E é essa luta — esse instante em que a língua agoniza e, ao agonizar, afirma-se — que constitui o cerne da Ecodiscursividade Evolutiva. Assim como o corpo que resiste às forças que o querem destruir emerge mais forte, também o discurso que sofre violência, deslocamento e tradução forçada adquire um estatuto paradoxal de vitalidade: aquilo que quase o mata é justamente o que o faz evoluir. A Ecodiscursividade Evolutiva nasce, portanto, do limite da Linguística Evolutiva — do ponto em que a vida simbólica, ameaçada de extinção, recusa a morte e se reinventa como último suspiro, último vestígio e última prova de existência.

2. Método arqueogenealógico

A escolha pelo método arqueogenealógico neste estudo — tal como formulado nos Estudos Foucaultianos e posteriormente expandido por autoras como Rosário Gregolin (2006) não se configura como mera escolha procedimental, mas como necessidade epistemológica diante de um objeto que não pode ser analisado por metodologias tradicionais: a morte das línguas em contexto de migração forçada. Diante do exposto, a Ecodiscursividade Evolutiva exige um método capaz de acompanhar o enunciado em seu nascimento, sua emergência, sua coerção e sua extinção; por isso, a arqueologia e a genealogia foucaultianas e mbembenianas tornam-se, aqui, instrumentos imprescindíveis. A arqueologia permite escavar as condições de possibilidade do dizer, identificar as formações discursivas, os *a priori* históricos e os arquivos que tornam certos enunciados possíveis e outros impossíveis.

Sob o prisma cumulativo, a genealogia torna visível a maquinaria de poder que atravessa esses mesmos enunciados, expondo as tecnologias biopolíticas e necropolíticas que moldam sua aparição, sua forma e, muitas vezes, seu desaparecimento. Nenhuma outra abordagem permitiria rastrear os fósseis discursivos até o ponto preciso de sua agonia linguística vertiginosa e em tempo real. De forma concatenada, Michel Foucault é convocado não como referência ornamental, mas como condição de inteligibilidade: em *A Arqueologia do Saber* (2005), descreve as regularidades anônimas que governam a emergência dos discursos; em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1987) e *Em Defesa da Sociedade* (1999), expõe os dispositivos disciplinares, biopolíticos e raciais que definem quem pode viver e quem deve morrer — e, por extensão, quais línguas podem existir e quais serão conduzidas à extinção simbólica. De igual modo, a noção de infâmia (Foucault 2003), ao iluminar vidas que só se tornam visíveis ao colidirem com a força do poder, inspira diretamente a leitura dos enunciados migrantes como palavras que sobrevivem apenas porque foram empurradas até o limite de sua existência. A Linguística Evolutiva, centrada em curvas de mudança natural e hipóteses filogenéticas, não dispõe dessas ferramentas; apenas a arqueologia e a genealogia permitem compreender o discurso como acontecimento atravessado por violência, fuga, trauma e sobrevivência.

A escolha por Achille Mbembe (2018), em sua obra *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, decorre da necessidade de nomear aquilo que, em Foucault, permanece como efeito indireto: a produção política da morte. O necropoder fornece o diapasão teórico para compreender como democracias tardias, Estados securitários e fronteiras militarizadas administram vidas matáveis e, por consequência, línguas matáveis. Ao deslocar o necropoder para o plano da linguagem, a Ecodiscursividade Evolutiva inaugura a noção de necrolinguopolítica: regimes que proíbem usos linguísticos, interrompem transmissões geracionais, silenciam repertórios, confinam idiomas em guetos migratórios e empurram línguas inteiras para o *status* de resíduos arqueológicos. À guisa de desdobramento, Mbembe é escolhido porque oferece uma cartografia precisa da morte administrada — cartografia indispensável para compreender como determinados enunciados migrantes só existem porque resistem à operação contínua de apagamento

linguístico. A articulação entre Foucault e Mbembe, portanto, não é sobreposição, mas dobra metodológica: o primeiro explica a emergência e a regulação dos discursos; o segundo explica seu extermínio.

Nesse mesmo arranjo metodológico, acrescenta-se a categoria analítica interna à própria Ecodiscursividade Evolutiva: o corpo linguístico sem órgãos, inspirado no corpo sem órgãos de Deleuze e Guattari (2010). Tal categoria designa o estado em que a língua, desterritorializada pelas forças biopolíticas e necropolíticas, deixa de operar como organismo estruturado — gramática, código, sistema — e passa a existir como fluxo residual, sopro de intensidade discursiva que resiste à organização normativa. O corpo linguístico sem órgãos torna possível analisar enunciados migrantes não como unidades formais, mas como zonas de vida mínima, pontos de fuga em que a palavra se mantém viva apesar do esmagamento institucional. Incorporar essa categoria é indispensável porque ela permite captar aquilo que nem a arqueologia nem a genealogia isoladamente alcançam: o modo como a língua, em estado de risco máximo, reorganiza-se como pura potência de dizer, sobrevivendo sem órgãos, sem sistema, sem território — apenas como desejo de existir.

Deliberadamente, a etapa ética/estética de si — a terceira fase do método arqueogenealógico — é excluída deste estudo. A ética de si supõe liberdade, autodeterminação, práticas de subjetivação voluntárias; supõe, em suma, sujeitos capazes de se constituírem a partir de exercícios de si. Nada disso está disponível às vidas analisadas aqui. Os sujeitos do *corpus* não são sujeitos éticos no sentido foucaultiano; são vidas em estado de exceção, submetidas a fome, deserto, vigilância, confinamento, violência estatal, deslocamento forçado, separação familiar, racismo estrutural e necropolítica. Não existe “estética de si” possível em uma fronteira militarizada ou em uma cela para solicitantes de asilo. Utilizar esse eixo analítico seria incorrer em erro epistemológico e, mais grave ainda, ético, pois atribuiria agência estética a vidas que lutam apenas para sobreviver. Por isso, o presente estudo se restringe à arqueologia e à genealogia: a primeira descreve as condições de emergência dos enunciados; a segunda descreve as forças que tentam impedir sua emergência.

Essa síntese metodológica explica por que o método arqueogenealógico torna-se indispensável à *Necrolinguística* fundada neste artigo. A arqueologia permite

identificar, no arquivo midiático — reportagens, cartas, entrevistas, transcrições jornalísticas — os fósseis discursivos produzidos no limite da vida; a genealogia, por sua vez, revela que esses fósseis não são meros traços linguísticos, mas organismos simbólicos que respiram sob coerção. A morte das línguas não é natural, não é lenta, não é filogenética: é administrada. Estados proíbem que crianças continuem com a sua língua materna e força que aprendam a língua do país que as acolhe; políticas de deportação interrompem transmissões intergeracionais; regimes coloniais classificam idiomas como “feios”, “impróprios” ou “selvagens”; fronteiras silenciam enunciados antes mesmo que possam ser formulados. É esse conjunto de forças que a genealogia permite rastrear e que a arqueologia permite localizar no arquivo.

A imigração forçada é, assim, o lugar metodológico onde arqueologia e genealogia se tornam inseparáveis. A arqueologia descreve como certos enunciados — “somos seres humanos”, “não há mais asilo”, “preferimos morrer”, “não tinha outra opção”, “sinto falta de conversar com alguém” — surgem dentro de formações discursivas marcadas pela violência, pelo confinamento, pela humilhação institucional. A genealogia revela por que surgem nessa forma: porque a vida discursiva desses sujeitos é administrada pelas mesmas forças que administram suas vidas biológicas. Apenas a articulação desses dois eixos permite compreender que cada frase proferida por um migrante pode ser a última manifestação pública de uma língua inteira: seu derradeiro organismo simbólico.

Dessa fusão metodológica emerge a estrutura própria da Ecodiscursividade Evolutiva. A teoria opera na intersecção entre o *a priori* histórico que torna possível a emergência de certos enunciados, a formação discursiva que organiza essas emergências, o arquivo que preserva ou apaga seus vestígios, o biopoder que regula a vida linguística e o necropoder que administra sua morte. O enunciado agonizante — a frase dita antes do silêncio compulsório — torna-se o centro analítico da teoria. A Ecodiscursividade Evolutiva transforma o arquivo em bioma de sobrevivência discursiva e permite à Linguística Evolutiva reconhecer aquilo que seus próprios pressupostos naturalizantes impedem de ver: que nenhuma língua evolui sem ter lutado; que nenhuma língua se transforma sem ter sido violentada; que nenhuma língua desaparece sem ter deixado, antes de morrer, um último traço. É esse traço

que o método arqueogenealógico permite encontrar — e que a Ecodiscursividade Evolutiva se propõe a salvar antes que o silêncio, enfim, se torne definitivo.

3. Arqueologia da necrolinguística: o arquivo como cemitério vivo das línguas imigrantes

Primacialmente, a formação discursiva que emerge do *corpus* jornalístico da redatora Erica Bryant (2025), intitulado “10 histórias de imigrantes em busca de segurança nos Estados Unidos: ‘Somos seres humanos. Mesmo estando em outro país, somos seres humanos’”, substancializado na plataforma digital *Vera*, constitui um *habitat* de sobrevivência simbólica no qual determinados modos de dizer se enunciam apenas porque outros foram previamente silenciados. Cada testemunho — de Raina, Ana, Rosita, Sofia, Julian, Paulo, Omari, Júlio e Jonathan — ascende como enunciado possível dentro de um campo de forças que opera simultaneamente a permissão e a mutilação da fala. Nesse espaço liminar, o discurso do imigrante não se apresenta como narrativa total, mas como fragmento sobrevivente, como resto de linguagem que atravessa o deserto das políticas de imigração e chega à imprensa apenas porque suportou, na travessia, a violência que buscava eliminá-lo.

Desse mesmo regime de sobrevivência enunciativa, o que se lê nesses relatos é menos a biografia individual e mais a topografia de um sistema discursivo em que a palavra só pode existir quando pronunciada sob pressão, como grito, como súplica, como denúncia ou como último recurso de humanidade. Os próprios enunciados dos migrantes revelam essa condição liminar: Raina afirma que “somos seres humanos. Mesmo estando em outro país, continuamos sendo seres humanos”; Ana descreve a travessia jurídica e carcerária afirmando que “quando você vem para cá, está procurando fugir do perigo”, mas encontra um sistema em que “eles te levam algemado; não apenas pelas mãos, mas também com correntes nos pés”; Sofia recorda a coerção institucional ao narrar que um agente lhe disse: “você vai fazer tudo o que eu mandar ou vai se dar mal”, enquanto a obrigava a assinar documentos que ela “não conseguia ler, mas tinha que assinar”. Julian descreve o regime de confinamento como uma experiência de animalização ao afirmar que o recreio parecia “estar numa gaiola, igual a um cão”, acrescentando ainda: “eu estava ficando

louco”. Paulo, ao recordar o transporte algemado e o confinamento durante a pandemia, pergunta: “por que essa humilhação?”, enquanto Ana relata o terror da separação familiar dizendo: “trouxe meu filho da Guatemala para que ele tivesse uma vida melhor”, mas foi separada dele em uma cela onde “só de lembrar de ouvir as crianças chorar já me dá uma tristeza profunda”. Omari, por sua vez, revela o papel da mediação jurídica como última forma de esperança quando recorda as palavras de sua advogada: “você não precisa lutar sozinha. Nós precisamos lutar”. Já Júlio afirma resistir à experiência de detenção declarando: “pela graça de Deus, não deixei que esse revés destruísse minha vida”, enquanto Jonathan testemunha a pressão institucional ao afirmar que os agentes repetiam que ele “não era bem-vindo nos Estados Unidos” e o instavam constantemente a “assinar os papéis de deportação”.

Esse conjunto de enunciados — “somos seres humanos”, “eles te levam algemado”, “você vai fazer tudo o que eu mandar”, “eu estava ficando louco”, “por que essa humilhação?”, “trouxe meu filho para que ele tivesse vida melhor”, “você não precisa lutar sozinha”, “não deixei que esse revés destruísse minha vida”, “não era bem-vindo nos Estados Unidos” — constitui aquilo que Foucault denomina um campo de dispersão enunciativa. Não é à toa que, como afirma Foucault (2005: 42), encontramos aqui “possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis”, pois esse conjunto de enunciados, ao mesmo tempo disperso e atravessado por regularidades, configura aquilo que o autor denomina uma “formação discursiva”: um sistema de dispersão em que objetos, conceitos e modos de enunciação se articulam segundo regras históricas de existência, coexistência e desaparecimento. É nesse mesmo encadeamento estratégico do dizer que, como o próprio Foucault (2005) sistematiza ao afirmar que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault 2005: 43).

Lido à luz dessa formulação, torna-se possível inventariar alguns dos elementos definidores da formação discursiva da imigração forçada que emerge desse arquivo jornalístico. Primeiramente, observa-se a recorrência da desumanização

institucional, materializada em termos como “gaiola”, “correntes”, “canil”, “congeladores” ou “cela”, todos associados à experiência narrada pelos próprios migrantes. Em segundo lugar, evidencia-se a regularidade da coerção burocrática, presente nos enunciados que relatam ordens e imposições — “assine aqui”, “você vai fazer tudo o que eu mandar”, “não era bem-vindo nos Estados Unidos”. Em terceiro lugar, emerge a tematização constante da separação familiar e da suspensão da vida cotidiana, quando Ana relata que “não conseguia ver meu filho” e Julian afirma que passou “meses sentado numa cela”. Por fim, destaca-se a repetição insistente da humanidade como ato performativo — “somos seres humanos” — justamente porque, no interior dessa formação discursiva, a própria humanidade é colocada sob suspeita.

Trata-se, portanto, de um sistema de enunciabilidade em que as condições de possibilidade do dizer são moldadas pela tensão entre o desejo institucional de apagamento e a insistência humana em permanecer visível. Nessa mesma tessitura em que a sobrevivência discursiva se confunde com dispersão, as narrativas não coexistem de maneira harmônica; elas se repelem, se repetem, se contradizem, se somam e se sobrepõem, configurando aquilo que Foucault (2005: 43) descreve como “formas de repartição”, nas quais a regularidade não é unidade, mas sobrevivência. Aqui prosperam apenas os discursos capazes de atravessar a máquina de detenção, deportação e silêncio. Desaparecem, por outro lado, todas as vozes que sucumbem antes de poder falar — e é justamente esse desaparecimento, esse silêncio estrutural, que torna o discurso migrante tão urgente, tão frágil e tão vivo.

À luz desse regime de dispersão que define o campo enunciativo, a Ecodiscursividade Evolutiva encontra sustentação nas formações discursivas descritas por Foucault (2005), ainda que delas se afaste para instaurar um território conceitual próprio. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2005: 133-122) afirma que uma formação discursiva corresponde a “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem [...] as condições de exercício da função enunciativa”. Nesse sentido, os testemunhos migrantes analisados não são apenas relatos individuais, mas acontecimentos discursivos que revelam as condições históricas que permitem que certas palavras sejam pronunciadas — e que condenam muitas outras ao silêncio.

Nesse mesmo movimento em que o arquivo se dobra em vitalidade, a Ecodiscursividade Evolutiva não apenas herda esse entendimento das condições de existência do discurso, mas o tensiona ao radicalizar sua dimensão vital: se, para Foucault (2005), a formação discursiva é o sistema de dispersão que permite o aparecimento dos enunciados, para a teoria aqui empreendida ela é, sobretudo, o ecossistema de sobrevivência no qual esses enunciados lutam contra a morte simbólica e histórica. Enquanto Foucault investiga a regularidade dos enunciados no interior de um arquivo, a Ecodiscursividade Evolutiva investiga a agonia das palavras — seu último fôlego, sua resistência espectral — especialmente no contexto da migração forçada, em que a língua deixa de ser apenas uma forma de saber para tornar-se, literalmente, uma forma de vida.

É justamente dessa inflexão vital que a Ecodiscursividade Evolutiva oferece à Linguística Evolutiva aquilo que ela não consegue produzir sozinha: a possibilidade de identificar, descrever e preservar os vestígios linguísticos que se manifestam nos limites extremos da existência humana. Assim, a Linguística Evolutiva, ao centrar-se em curvas de mecanismos evolutivos comparativos das línguas, mutações fonéticas e adaptações gramaticais, não alcança a dimensão agônica da língua em trânsito, isto é, o instante em que um enunciado proferido por um imigrante — na fronteira, na cela ou na travessia — representa, ao mesmo tempo, o desaparecimento e a resistência de uma comunidade linguística inteira.

Desse mesmo horizonte em que a língua se revela como resto vivo, a Ecodiscursividade Evolutiva, aportada no método arqueogenealógico, permite que esses vestígios sejam compreendidos como “restos vivos”, fósseis enunciativos, fissuras discursivas que revelam, não a evolução linear da língua, mas a violência que a força a evoluir. Ao iluminar as zonas de desaparecimento e resistência em contextos migratórios, a Ecodiscursividade Evolutiva não apenas complementa, mas também revela os limites epistemológicos da Linguística Evolutiva — mostrando que nenhuma língua evolui sem que antes tenha lutado pela própria sobrevivência.

É nesse prolongamento em que a teoria encontra outra prova material, no *corpus* enunciativo intitulado “Ele escapou do cartel que o sequestrou. Depois, descobriu que ‘não havia mais asilo’: Advogados temem que, na pressa do presidente Donald Trump em acabar com a imigração ilegal, pessoas com pedidos legítimos de

asilo estejam sendo rejeitadas, veiculado no jornal *The Washington Post* (Hernández 2025), cada declaração de JC — “Não há mais asilo”, “Prefiro que me deem um tiro na cabeça a que me desmembre”, “Eu era feliz e minha vida era boa. Eles tiraram tudo isso de mim”, “Minha história é real. Isso é real.”, “Talvez seja melhor [...] se eu simplesmente deixar que me matem” — apresenta-se como ser vivo lançado em uma ecologia de poder que o quer, ao mesmo tempo, silenciar e utilizar como prova. Esses enunciados não são apenas conteúdos ou informações; elas encarnam aquilo que Foucault (2005) chama de enunciado “conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência” e, por isso, o discurso pode ser fixado como “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (Foucault 2005: 122).

Nessa mesma dobra em que o dizer tenta sobreviver ao próprio apagamento, o “não há mais asilo” emerge como enunciado-sentença que tenta decretar a morte de todas as outras falas possíveis, enquanto “minha história é real” irrompe como contra-enunciado, um gesto de autoconfirmação ontológica que insiste em dizer: ainda há alguém aqui. Foucault (2005: 126) lembra que o enunciado “caracteriza não o que nelas se apresenta ou a maneira pela qual são delimitadas, mas o próprio fato de serem apresentadas, e a maneira pela qual o são” e que a linguagem é “povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência” (Foucault, 2005: 126), de modo que, nas palavras de JC, não se ouve apenas a sua voz, mas o coro espectral de todos aqueles que não chegaram a falar, dos que morreram no percurso, dos que foram deportados sem relato, dos que foram reduzidos a número em planilhas estatais.

Desse mesmo limiar em que a palavra fricciona a própria morte, quando JC afirma que era feliz e que tudo lhe foi tirado, inscreve no enunciado a memória de um mundo perdido; quando deseja “deixar que me matem”, o enunciado se aproxima de seu próprio apagamento, dramatizando o ponto extremo em que a língua, ao enunciar a possibilidade de sua morte, continua, paradoxalmente, a viver. Em função *sine qua non*, cada frase pronunciada por ele é a materialização exemplar da Ecodiscursividade Evolutiva: um enunciado que só existe porque atravessou a tortura, o sequestro, a recusa consular, o fechamento da fronteira e o colapso subjetivo, e que, ao emergir na página do jornal, torna visível aquilo que o próprio

Foucault (2005) chama de discurso como “fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história”, conjunto finito de enunciados para os quais se podem “definir um conjunto de condições de existência” (Foucault 2005: 133). As aspas que cercam a fala de JC são, assim, muito mais que recurso gráfico: funcionam como câmara de oxigênio em que a palavra tenta respirar sob pressão máxima, último dispositivo de vida para um enunciado que, cercado por forças de extinção, insiste em dizer-se antes que o silêncio definitivo se feche sobre ele.

Assim, nesse entrelugar onde a língua respira por desobediência, a Ecodiscursividade Evolutiva se ancora no conceito foucaultiano de enunciado, mas o reinterpreta a partir de uma ontologia da sobrevivência. Em Foucault (2005), o enunciado não é simplesmente frase ou proposição, mas aquilo que faz existir a própria linguagem enquanto acontecimento discursivo: “não se trata de buscar, além de todas essas análises e em um nível mais profundo, um certo segredo ou uma certa raiz da linguagem que elas teriam omitido. É tentar tornar visível e analisável essa transparência tão próxima que constitui o elemento de sua possibilidade” (Foucault 2005: 127).

Desse mesmo limiar em que a linguagem se faz acontecimento sob ameaça, a Ecodiscursividade Evolutiva acolhe essa transparência, mas a radicaliza ao concebê-la como zona de risco: se Foucault (2005) descreve as condições de existência do enunciado, a Ecodiscursividade Evolutiva descreve as condições de sua agonia. Se, para ele, “a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva” e esta funciona como “lei de coexistência” (Foucault 2005: 132), para a Ecodiscursividade Evolutiva essa lei é uma ecologia de poder que decide não apenas quais enunciados coexistem, mas quais são autorizados a respirar e quais são condenados a calar. Nesse ponto, a teoria se oferece como ferramenta à Linguística Evolutiva: ao invés de se limitar a reconstruir linhagens de mudança “natural” entre línguas, a Ecodiscursividade Evolutiva, por meio da arqueogenealogia foucaultiana, desce ao nível enunciativo para recolher os vestígios últimos de línguas em desaparecimento — o depoimento do imigrante, a oração murmurado na fronteira, a frase quebrada na cela de detenção.

Nessa continuidade em que a sobrevivência do dizer revela sua própria arqueologia, ao tratar cada enunciado como organismo simbólico em risco de

desaparecimento, a Ecodiscursividade Evolutiva permite que a Linguística Evolutiva enxergue aquilo que seu olhar tradicional obscurecia: no lugar em que se via apenas “evolução”, torna-se visível a marca de um processo de apagamento; onde se supunha continuidade filogenética, emerge o rastro arqueológico de mundos linguísticos estilhaçados pela guerra, devastados pelo capital ou silenciados pelo racismo de Estado. A teoria desloca o foco da transformação gradual para a ferida histórica, fazendo com que cada vestígio discursivo em contextos migratórios revele não um simples passo evolutivo, mas a cicatriz de uma língua que resistiu enquanto pôde e deixou, no enunciado, a memória da violência que a tentou destruir. Assim, a Ecodiscursividade Evolutiva não nega a importância da Linguística Evolutiva, mas expõe seus déficits: lembra-lhe que nenhuma curva de mudança sonora, lexical ou sintática é neutra, e que salvar uma língua já não é apenas descrevê-la, mas escutar seu último enunciado antes que o silêncio, enfim, se feche sobre ela.

A título de incremento, no relato de Soledad Castillo (2019), materializado no Jornal *The Guardian*, cada enunciado proferido — “eu não conseguia dizer nada”, “eu não tinha outra opção”, “caminhei pelo deserto durante dias para ter essas oportunidades”, “nossas histórias não acabaram” — emerge como vida verbal submetida à força reguladora de um a *priori* histórico que determina não apenas o que ela pôde dizer, mas o que pôde acontecer com aquilo que disse. Esses enunciados não nascem no vazio: eles são produtos diretos das condições históricas que os moldaram, das formas de violência estrutural que os tornaram possíveis e, simultaneamente, necessários.

É precisamente desse subsolo de emergência histórica que — assim como Foucault (2005) descreve que as obras e discursos dispersos de uma época “comunicam pela forma de positividade de seus discursos” e que essa positividade funciona como “um a *priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados” (Foucault 2005: 144), — a linguagem de Soledad só existe porque encontra, na migração, no abuso, na travessia e no exílio, o campo histórico que a faz emergir. Seu “não tinha mais nada em Honduras” e seu “não havia outra opção” pertencem à positividade discursiva dos deslocados forçados do século XXI — enunciados que não podem existir fora do mundo que os produziu. O a *priori* histórico que os sustenta é feito de fronteiras militarizadas, feminicídios,

miséria, colapso institucional, exploração infantil, violência sexual e precarização no país de chegada; é esse solo devastado que regula a existência e o formato daquilo que ela enuncia.

Nessa continuidade em que a positividade se revela também como força de exclusão, quando Soledad afirma que “não conseguia dizer nada” diante da ameaça armada, o silêncio imposto é também efeito do *a priori* histórico — pois, como lembra Foucault (2005), o *a priori* não apenas permite dizer: ele define aquilo que pode ser excluído, esquecido ou sufocado, já que sua função é “isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser” (Foucault 2005: 144). Seu enunciado posterior — “muitos americanos pensam que os imigrantes vêm para cá para roubar seus empregos [...] não somos pessoas más” — revela outro aspecto desse *a priori*: a necessidade de se justificar como humana em um espaço discursivo que historicamente não reconhece a humanidade dos migrantes. A cada frase, a cada fragmento narrado, Soledad reinscreve-se em um campo de emergência discursiva estruturado por séculos de colonialidade, racialização e criminalização da mobilidade. É por isso que seu testemunho não é apenas relato, mas sobrevivência linguística: ele é dito contra o peso de toda uma história que tenta apagá-lo.

Na perspectiva da Ecodiscursividade Evolutiva, esses enunciados de Soledad não são apenas produtos do *a priori* histórico foucaultiano; são organismos tensionados ao extremo pelas forças biopolíticas e necropolíticas que regulam os deslocamentos globais. Enquanto Foucault (2005) se limita a descrever o *a priori* como a positividade que permite que enunciados existam, a Ecodiscursividade Evolutiva desloca esse conceito para compreender o instante em que esses enunciados tentam existir apesar de tudo que historicamente tenta impedir sua emergência. Em virtude disso, o enunciado “eu era a empregada deles” só é possível em um sistema de exploração infantil marcado pela violência patriarcal latino-americana; o enunciado “algumas pessoas se perderam e não sobreviveram” só emerge em uma travessia onde a necropolítica define quem vive e quem morre; o enunciado “não éramos pessoas más” só se torna necessário porque o regime discursivo estadunidense produz o migrante como ameaça.

Desse mesmo regime em que existir é já resistir, a Ecodiscursividade Evolutiva, ao ler tais enunciados como organismos de sobrevivência, permite compreender como, dentro desse *a priori* histórico, certas línguas e modos de dizer se transformam, se contraem, desaparecem ou deixam rastros derradeiros antes de sua extinção. A linguística evolutiva, sem essa leitura arqueogenealógica, não pode captar a dimensão vital desses enunciados, porque suas ferramentas tradicionais descrevem a evolução formal, mas não a evolução forçada — o ponto em que uma língua se transforma não por deriva natural, mas por desespero, por fuga, por opressão. Em nítido contraponto, a Ecodiscursividade Evolutiva torna visível que o *a priori* histórico dos deslocados produz variações linguísticas que são, antes de tudo, cicatrizes: apagamento das línguas maternas, adesão compulsória ao inglês, mutações semânticas forçadas pelo trauma, silêncios que substituem palavras impossíveis de serem ditas.

É justamente nesse ponto em que a sobrevivência discursiva se converte em gesto transformador, quando Soledad afirma que “nossas histórias não acabaram”, seu enunciado é, ele mesmo, o discurso que revela o poder transformável do *a priori* histórico foucaultiano — aquilo que ele descreve como “um conjunto transformável”, que muda com os próprios enunciados que autoriza (Foucault 2005: 145). Sua fala instaura um novo lugar de emergência para discursos migrantes: lugar de resistência e continuidade. A Ecodiscursividade Evolutiva, portanto, lê nesse enunciado não apenas a positividade histórica que o permite existir, mas a vida que insiste em sobreviver enquanto palavra — vida que a linguística evolutiva, sem essa teoria, não teria meios de reconhecer nem de salvar.

É a partir dessa irrupção vital que a Ecodiscursividade Evolutiva encontra no conceito foucaultiano de *a priori* histórico não apenas uma base teórica, mas um ponto de inflexão, uma superfície de contato na qual sua própria originalidade se evidencia. Com efeito, a teoria da Ecodiscursividade assume esse entendimento, mas o desloca para um nível ontológico mais radical, pois vê nesses mesmos princípios não apenas a regulação da existência discursiva, mas a ecologia vital das palavras em arena de duelo pela sobrevivência. O *a priori* histórico foucaultiano permite compreender por que certas falas emergem, mas não descreve o modo como essas

falas agonizam; explica a coexistência dos enunciados, mas não a violência que força uns a sobreviver e outros a desaparecer.

A Ecodiscursividade Evolutiva, desafiando os limites estabelecidos e resistindo à lógica aparente, parte do reconhecimento de que os enunciados dos imigrantes — ditos no deserto, na cela, na fronteira, na entrevista jornalística — são organismos que emergem não apenas por força das condições históricas, mas apesar delas. Por isso, onde Foucault (2005) vê dispersão regulada, a Ecodiscursividade Evolutiva vê sobrevivência biopolítica; onde Foucault (2005) vê positividade, a Ecodiscursividade vê luta; onde o filósofo vê regularidade histórica, a Ecodiscursividade vê ecossistema de vida e morte simbólica. A Ecodiscursividade aqui discorrida, assim, não contradiz Foucault (2005), mas o prolonga para a zona em que seus conceitos se tornam insuficientes: o instante em que um enunciado só existe porque resiste, em que a fala se torna último suspiro, em que a língua agoniza, mas insiste em deixar um rastro antes de desaparecer.

Dessa inflexão conceitual em que a teoria revela seus próprios limites, a Ecodiscursividade Evolutiva oferece à Linguística Evolutiva algo que ela não possui: a capacidade de reconhecer e salvar os vestígios linguísticos produzidos nos limites extremos da existência humana. A linguística, centrada nos modelos de transformação gradual e continuidade filogenética, não possui instrumentos para reconhecer o que Foucault (2005: 30) chama de “acontecimentos discursivos”, isto é, enunciados que emergem em condições históricas singulares e irrepetíveis e que compreendem “sua possibilidade e seu campo de utilização” (Foucault 2005: 146). No contexto migratório, a língua não evolui: ela luta. Muda não por deriva natural, mas por traumatismos; simplifica-se não por economia estrutural, mas por medo; silencia-se não por desuso, mas por necropolítica.

É nesse mesmo desdobramento em que a vida discursiva se faz resto que a Ecodiscursividade Evolutiva, calcada no método arqueogenealógico foucaultiano, permite resgatar esses rastros — a palavra dita pela última vez na língua materna do imigrante, o vocábulo que sobrevive na entrelíngua da fronteira, o silêncio que substitui aquilo que não pode ser narrado — antes que desapareçam totalmente. Assim, a teoria Ecodiscursividade mostra as limitações estruturais da Linguística Evolutiva: ela não explica línguas que morrem de violência, mas apenas línguas que

mudam por fluxo; ela não vê o enunciado que se extingue como organismo, mas apenas como dado perdido; ela não reconhece que cada língua que desaparece leva consigo um mundo. A Ecodiscursividade Evolutiva, ao contrário, transforma o desaparecimento linguístico em objeto analítico e ético, mostrando que nenhuma língua se extingue em silêncio absoluto: sempre deixa um vestígio, um murmúrio, um enunciado final. É esse rastro que a Ecodiscursividade Evolutiva permite encontrar — e que a Linguística Evolutiva, sozinha, jamais poderia ouvir.

Nesse mesmo vetor em que o horror se converte em materialidade enunciativa, no testemunho de Ilyas Ahmad Elmi, corporificado no jornal *The Guardian* (2024), intitulado “Espancado e recrutado à força para o exército de Putin: um refugiado somali tenta chegar à Europa”, o arquivo se deixa entrever como bioma simbólico saturado de violência e deslocamento, em que cada discurso pronunciado guarda a densidade de uma época. Quando ele afirma “saí de casa porque queria ver meu filho, que nunca conheci [...] e porque recebi ameaças”, o enunciado não é apenas um relato individual, mas um fóssil discursivo onde se inscrevem décadas de colapso estatal, terror jihadista e políticas fronteiriças europeias que transformam o desejo de reencontro familiar em itinerário de risco. Seu enunciado “bebíamos água da chuva e recolhíamos restos de comida” condensa, em poucas palavras, toda uma tecnologia necropolítica de fronteira que produz corpos exaustos como condição regular do trânsito migratório.

Nessa continuidade em que o arquivo se mostra como dispositivo de aparecimento, quando Ilyas Ahmad Elmi confessa que “de todo o tempo que passei na Somália com bombardeios e guerra civil, nunca senti tanto medo como na Bielorrússia”, sua fala reordena o mapa do horror: o inferno não está apenas na guerra declarada, mas na zona cinzenta dos entre-lugares, nas florestas congeladas em que o refugiado se torna peça descartável entre dois Estados. Tais enunciados não surgem ao acaso; eles compõem porque um certo sistema de discursividade os torna possíveis e necessários. É nesse ponto que Foucault (2005) nos oferece a chave: “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” e, simultaneamente, “o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa”, mas se agrupem, se componham e “se mantenham ou se esfumem segundo

regularidades específicas” (Foucault 2005: 147). A matéria jornalística não é, assim, um simples registro de fala, mas o fragmento visível de um arquivo mais vasto, onde certas vozes migrantes brilham como “estrelas próximas” (Foucault 2005: 147), enquanto milhares de outras — contemporâneas, porém não ouvidas — já se encontram pálidas, quase apagadas.

Nessa fratura em que o arquivo se revela insuficiente diante da morte simbólica, na perspectiva da Ecodiscursividade Evolutiva, esse arquivo deixa de ser apenas o sistema que organiza o já dito e torna-se bioma onde sobrevivem fósseis enunciativos em estado crítico. Ao dizer que “enquanto eu estava na prisão aguardando deportação, oficiais do Ministério da Defesa vieram até nós e nos ofereceram a oportunidade de evitar a deportação e trabalhar para o exército”, Elmi inscreve no arquivo europeu e russo uma figura discursiva que não deveria existir: o refugiado convertido em matéria-prima de guerra. Quando completa: “disseram-nos que teríamos duas semanas de treinamento e depois iríamos para a guerra na Ucrânia”, o enunciado revela a mutação brutal do estatuto do migrante — de sujeito em busca de asilo a corpo-alvo numa economia bélica global. E, ao final, quando sua ex-esposa afirma “meu filho nunca viu o pai”, essa frase, embora não dita por ele, adere ao mesmo arquivo necropolítico: torna-se a legenda afetiva de uma história em que a separação familiar é produzida por decisões estatais e militares. Foucault (2005) lembra que, “entre a língua que define o sistema de construção das frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares” (Foucault 2005: 147).

A partir dessa reconfiguração do arquivo como bioma de sobrevivência, a Ecodiscursividade Evolutiva radicaliza esse princípio ao mostrar que, nesse nível, o “acontecimento regular” é a produção industrial de vidas descartáveis e de palavras que só chegam ao papel porque atravessaram a fronteira da morte. O arquivo, aqui, não é apenas o lugar onde os enunciados subsistem: é o regime que decide quais vozes migrantes terão o direito de existir como texto e quais serão condenadas ao desaparecimento sem rastro. Cada enunciado no depoimento de Elmi no *The Guardian* (2024) é, por isso, um fóssil vivo de uma língua que resiste à máquina de guerra e à máquina de fronteira; um fragmento de mundo que a Ecodiscursividade

Evolutiva se propõe a ler como prova, não de uma história concluída, mas de uma sobrevivência em curso.

Dessa perspectiva derradeira em que o enunciado se revela como corpo em agonia, a Ecodiscursividade Evolutiva encontra no conceito foucaultiano de arquivo não apenas uma base teórica, mas um ponto de inflexão que lhe permite ultrapassar os limites da própria arqueologia. A teoria aqui proposta, porém, desloca esse eixo: se o arquivo foucaultiano delimita o regime de enunciabilidade, a Ecodiscursividade Evolutiva desloca o foco para os fósseis discursivos que resistem à própria lei do arquivo — restos de língua que não deveriam sobreviver, resíduos que escapam às regularidades e brilham como estrelas tardias de um cosmos discursivo em colapso. O arquivo, em Foucault (2005), organiza; na Ecodiscursividade Evolutiva, o arquivo é reorganizado pelo que resiste. É nesse ponto que a Ecodiscursividade Evolutiva encontra lastro e ruptura: ela herda de Foucault (2005) a noção de que o discurso é acontecimento, mas afirma que certos acontecimentos linguísticos — sobretudo os enunciados de sujeitos imigrantes sob regime necropolítico — sobrevivem apesar do arquivo, não por causa dele. Eles são estrelas que vêm até nós daquilo que já está muito longe, como diz Foucault (2005), mas aqui sua luminosidade procede do choque entre morte e memória, do instante em que a língua agoniza e ainda assim se inscreve e, conforme exposto, o arquivo em Foucault (2005: 147) é “o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas.”

Dessa dobra em que o arquivo já não guarda, mas expõe seus restos em combustão, a Ecodiscursividade Evolutiva oferece à Linguística Evolutiva aquilo que lhe falta: um método para localizar, interpretar e salvar os vestígios derradeiros das línguas que desaparecem no trânsito forçado. A Linguística Evolutiva, ao privilegiar a continuidade sistema de transmissão filiada e contínua das línguas, não consegue captar o ponto exato em que uma língua está morrendo, mas ainda respira — o instante em que um migrante pronuncia uma frase que é ao mesmo tempo mundo perdido e mundo sobrevivente. A arqueogenealogia que fundamenta a Ecodiscursividade Evolutiva permite escavar esses enunciados-extinção, rastrear seus

últimos traços e compreender como uma língua se desfaz não por evolução natural, mas por violência política.

A partir dessa zona em que o enunciado respira apenas porque resiste, ao tratar o enunciado imigrante como organismo discursivo em agonia — mas ainda vivo — Ecodiscursividade Evolutiva revela o *déficit* essencial da Linguística Evolutiva: sua incapacidade de lidar com a morte súbita das línguas, com as mutações forçadas, com as adaptações coagidas, com a extinção produzida por políticas fronteiriças e guerras. A Ecodiscursividade Evolutiva, ao transformar o arquivo em bioma simbólico de sobrevivência, fornece as ferramentas conceituais para que a Linguística Evolutiva identifique o que resta de uma língua prestes a desaparecer e compreenda o porquê, mesmo à beira do fim, ela ainda luta para existir — porque toda palavra, antes de morrer, tenta deixar um último indício, uma última verdade, um último sopro.

4. Genealogia da necrolinguística: da filogênese ao fóssil, quando a “evolução” nomeia a morte das línguas

A genealogia que sustenta esta análise parte inicialmente de um ponto aparentemente simples, mas epistemologicamente decisivo: o próprio nome da disciplina que pretendemos interpelar — Linguística Evolutiva. O léxico evolutiva, tomado tal como aparece, carrega uma herança semântica luminosa, uma teleologia de avanço, progresso, continuidade, que naturaliza o movimento das línguas como se cada transformação fosse um degrau ascendente na história das formas de dizer. Mas a genealogia, como método foucaultiano de desnaturalização, exige que perguntemos: o que é evolução quando quem discursa está prestes a morrer? O que significa evoluir quando uma língua se rearranja não para florescer, mas para sobreviver aos escombros? Evolução, aqui, não pode ser tomada como metáfora ascensional. Ela é, antes, um mecanismo ambivalente. Quando produz resistência, a evolução assume sua face vital, seu brilho mínimo de afirmação. Mas quando emerge sob coerção, como mutação forçada pela fronteira, pela guerra ou pelo exílio, ela é expressão do necropoder, não do florescimento.

Nesse prolongamento em que a própria ideia de evolução revela sua face mortífera, a evolução da língua em contexto imigratório raramente é um processo

natural; ela é, na maior parte das vezes, o resultado de uma pressão mortal que obriga o discurso a reorganizar-se para seguir respirando. Quando um imigrante pronuncia seu testemunho — muitas vezes pela última vez em seu idioma de origem — não assistimos a uma evolução no sentido celebratório do termo, mas a um fenômeno que só pode ser nomeado como *necrolinguopolítica*: a administração da morte das línguas pelo Estado, pelos dispositivos fronteiriços, pelos regimes de silenciamento, pelas tecnologias de extermínio simbólico que determinam quais idiomas podem persistir e quais devem desaparecer. A necrolinguopolítica é, portanto, um conceito interno à Ecodiscursividade Evolutiva: designa o regime em que a língua, ao mesmo tempo que agoniza, produz seu derradeiro enunciado como último ato de existência.

Na esteira de Deleuze e Guattari (2010: 21), para quem “o corpo é o corpo/ ele está só/ e não precisa de órgão/ o corpo nunca é um organismo/ os organismos são os inimigos do corpo”, e para quem o corpo sem órgãos se configura como superfície em que “se distribuem as forças e os agentes de produção” por meio de uma antiprodução que interrompe a organização orgânica para redistribuir fluxos e intensidades, e nessa perspectiva, o *corpo linguístico sem órgãos da Ecodiscursividade Evolutiva* emerge como transposição radical desse dispositivo ao plano da linguagem.

Se, no esquema deleuzeguattariano (2010: 21), o corpo sem órgãos recusa as “máquinas-órgãos” e opõe à organização funcionalizada do organismo uma “superfície deslizante, opaca e tensa”, na Ecodiscursividade Evolutiva o corpo linguístico sem órgãos marca precisamente o ponto em que a língua deixa de funcionar como organismo normativo — código nacional, gramática escolar, dispositivo filológico — para tornar-se fluxo desejante de enunciação, sopro que escapa às formas prescritas pelo biopoder e pela necropolítica. Trata-se da zona em que as máquinas enunciativas minoritárias interrompem o organismo linguístico majoritário, suspendem suas funções e reconfiguram a superfície de inscrição discursiva: não mais o idioma como estrutura fechada, mas como campo de intensidades dissidentes, em que o dizer migra, desliza, embaralha códigos, produz “uma rede de sínteses novas que quadriculam a superfície” (Deleuze; Guattari 2010:

25), não mais a serviço do capital ou do Estado, mas de uma política de sobrevivência simbólica.

O corpo linguístico sem órgãos da Ecodiscursividade Evolutiva, assim, herda de Deleuze e Guattari (2010) a recusa da organização e a aposta na superfície intensiva, mas desloca o problema para a cena *necrolinguística contemporânea*: ali onde a necrolinguopolítica administra a morte das línguas, ele nomeia o estado de fuga em que a língua desterritorializada, mesmo à beira do apagamento, ainda pode se recompor como plano de resistência, como espaço ecológico de reexistência discursiva, em que os fragmentos enunciativos dos sujeitos em deslocamento forçado se inscrevem contra o organismo linguístico que os quer silenciar.

Nesse desdobramento em que a desterritorialização revela sua engrenagem disciplinar, a disciplina, ao assumir a evolução como curva natural, ignora que muitas línguas só “evoluem” porque foram forçadas a sobreviver; trata-se de um equívoco estrutural que emerge precisamente daquilo que Foucault (1987: 164) descreve como a maquinaria disciplinar que “esquadrinha, desarticula e recompõe” o corpo, fabricando sujeitos dóceis por meio de uma “manipulação calculada de seus gestos e comportamentos”. Em termos ecodiscursivos, tal maquinaria não atua apenas sobre corpos biológicos, mas também sobre corpos linguísticos, pois ela seleciona, regula e distribui os modos de dizer, convertendo a língua em uma aptidão útil e, simultaneamente, em um objeto de sujeição. Com efeito, a biopolítica preserva algumas línguas; a necropolítica as elimina; e a Ecodiscursividade Evolutiva ilumina o entremeio: o instante em que a língua, à beira da extinção, ainda tenta respirar apesar das “relações de sujeição estrita” (Foucault 1987: 165) que moldam sua existência simbólica. Assim, a genealogia torna evidente que evoluir, no campo da linguagem, nunca foi sinônimo de progresso; é, antes, o resultado trêmulo de uma batalha entre vida e morte discursiva, uma oscilação contínua entre o poder que permite falar e o poder que decreta o silêncio.

Prosseguindo com as ideias já apresentadas, a necrolinguopolítica manifesta-se com precisão lancinante no depoimento final de Cristina Calderón, publicado no jornal *Reuters*, pelo jornalista Cambero (2022), intitulado “Língua indígena chilena desaparece com a morte do último falante nativo”, cuja morte sela não apenas o desaparecimento biológico de um corpo, mas o apagamento administrado de um

mundo inteiro — o mundo Yámana. Ao declarar que “com ela, uma parte importante da memória cultural do nosso povo se foi”, sua filha enuncia, sem o saber, a lógica fundamental desse regime: o Estado-nação, as fronteiras, os dispositivos de escolarização monolíngue e os circuitos coloniais de saber decidiram, lenta e brutalmente, que o Yámana não precisava sobreviver. A língua extinguiu-se não porque envelheceu, mas porque foi administrada para morrer. É nesse ponto que o *corpus* torna visível a necrolinguopolítica como operação central da Ecodiscursividade Evolutiva: ela é a política que transforma a língua em vida matável.

Nesse mesmo rastro em que o apagamento se materializa como destino imposto, a língua Yámana não foi consumida pelo tempo — foi silenciada, substituída, interdita, esvaziada de falantes por um conjunto de forças que produzem a morte linguística como política de Estado. Mesmo o ato de Cristina criar um dicionário — seu último gesto — expressa o *modus operandi* do corpo sem órgãos linguístico da Ecodiscursividade Evolutiva: uma língua reduzida ao seu esqueleto, mantendo ainda uma pulsação residual, uma forma mínima de resistência. Ao afirmar que “há esperança de preservar a língua de alguma forma”, Cristina projeta o que sua voz já sabe: o dicionário não é a língua, mas seu fóssil enunciativo; é o vestígio material que resta após a necropolítica completar seu curso. A necrolinguopolítica, enquanto categoria interna da Ecodiscursividade Evolutiva, designa esse regime em que a língua agoniza diante de nós, produzindo seu derradeiro enunciado como testamento ontológico, não para continuar vivendo, mas para registrar o modo como foi morta.

Sem desviar-se dos eixos fundamentais do discurso, o corpo sem órgãos linguístico da Ecodiscursividade Evolutiva emerge nos interstícios na qual a língua, exaurida pela necropolítica e despojada de seu território sociopolítico, recusa-se ainda assim a render-se ao silêncio. No discurso de Katrina Esau, corporizado na matéria jornalística da emissora internacional Voz da América (VOA), intitulada “Último falante conhecido luta para preservar a língua indígena sul-africana”, a língua N|uu aparece como esse corpo linguístico sem órgãos: desfeito pelas violências coloniais, pelas políticas de *apartheid* e pelos regimes de vergonha e ridicularização

que a ensinaram, quando era menina, a calar-se porque “era uma língua feia”, mas simultaneamente reorganizado como fluxo insurgente que insiste em sobreviver.

Ao dizer “quando éramos meninas, ficamos envergonhadas e paramos de falar o idioma”, Ouma Katrina enuncia o momento da territorialização da morte — o instante em que o poder biopolítico e racial decide que certas línguas não devem mais existir e instala nelas a maquinaria do apagamento. No entanto, quando mais tarde afirma “sinto falta de conversar com alguém [...] você sente falta de alguém que possa simplesmente sentar com você e falar N|uu”, seu discurso articula a zona paradoxal onde a língua, ainda agonizante, volta a pulsar como sopro de vida. O corpo linguístico sem órgãos da Ecodiscursividade Evolutiva é precisamente esse estado de suspensão da forma: a língua não se revela mais como sistema pleno, nem como idioma operativo, mas como desejo de continuar sendo. É o espaço em que a língua desterritorializada encontra nova possibilidade de existência, não como código normativo, mas como intensidade.

Nesse processo, o corpo linguístico sem órgãos expõe o ponto de ruptura da Linguística Evolutiva: aquilo que ela chama de evolução é, neste caso, a tentativa desesperada de impedir a morte total. A fundação da escola improvisada por Ouma Katrina — mesmo posteriormente vandalizada — é gesto típico do corpo linguístico sem órgãos da Ecodiscursividade Evolutiva: não uma escola orgânica, institucionalizada, legitimada pelos poderes Estatais, mas um corpo linguístico que se abre, se rearranja, se inventa, rearticula-se em torno da urgência do dizer. Quando Snyman afirma: “se a vovó morrer, tudo morre”, ela formula a verdade crua dessa zona limiar: não restará língua, mas restará o resíduo, a vibração, o desejo que constitui o corpo linguístico sem órgãos. É por isso que, mesmo sozinha, “caminha” e sente “falta de conversar com alguém” — seu próprio corpo fala com a língua como se a carregasse por dentro, mesmo sem outro falante para confirmá-la.

É nesse limite que a Ecodiscursividade Evolutiva renova o campo da Linguística Evolutiva, no momento em que torna visível que a preservação de uma língua não depende da continuidade biológica da população de falantes, mas da inscrição residual da intensidade discursiva que atravessa um único corpo. O corpo linguístico sem órgãos de Ouma Katrina é a prova viva de que uma língua, para sobreviver, não precisa de território — mas precisa de alguém que, mesmo no limite

da extinção, ainda se permita desejar dizê-la. A ciência do orgânico não explica esse fenômeno; a genealogia da resistência simbólica, sim. É nesse umbral que se funda o conceito: a língua, desterritorializada, desmembrada, envergonhada, disciplinada, ainda assim respira — e, nesse sopro mínimo, encontra sua última forma de evolução.

Nesse prolongamento em que a sobrevivência da língua se revela como gestão política dos corpos, no *corpus* discursivo intitulado “Como as crianças refugiadas rohingya são divididas entre idiomas”, produzido pela jornalista Sunaina Kumar (2019), veiculado pelo Jornal *The New Humanitarian* (2019), a biopolítica revela-se na materialidade mais íntima do enunciado, onde uma criança de onze anos, ao dizer “Tit, hnit, thone [...] Char, panch, chhoy [...] Hant, anchtho, no [...] Dez, onze, doze”, expõe involuntariamente o modo como o Estado opera sobre vidas consideradas governáveis apenas enquanto massa deslocada. Esse trânsito compulsório entre línguas — birmanês, bengali, rohingya, inglês — não é uma pluralidade celebratória, mas o sintoma da administração biopolítica dos corpos infantis, cuja sobrevivência é regulada pela fragmentação linguística. Para Foucault (1999: 304), o biopoder introduz “um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”, e, no campo rohingya, o Estado de Bangladesh, ao dizer “Nossos refugiados não precisam aprender bengali”, produz esse corte ao decidir que idioma pode ser aprendido, qual deve ser interdito, qual servirá como instrumento de retorno e qual, se aprendido, comprometerá a narrativa nacional. Nessa mesma lógica de fracionamento biopolítico, Foucault (1999: 304) ainda corrobora:

No continuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológicos. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse continuo biológico a que se dirige o biopoder.

À luz desse mesmo mecanismo de cesura biopolítica, quando a criança Yasmin repete “Minglaba [...] Oi, como vai você?”, ela enuncia não apenas uma saudação, mas a própria condição de um corpo infantil capturado entre grades linguísticas que

demarcam quem pode ser reconhecido como pertencente e quem deve permanecer estrangeiro para sempre. A declaração taxativa do professor Najim Ullah — “Não ficaremos aqui por muito tempo [...] eles precisam saber birmanês quando voltarmos para casa” — é o enunciado biopolítico por excelência: nele, o futuro linguístico da criança é determinado não pela sua história, mas pelo cálculo estatal do possível e do permitido. É o que Foucault (1999: 304) descreve como a função do racismo dentro do biopoder: “fragmentar o contínuo biológico da espécie”, criando grupos cuja existência deve ser controlada, retardada, adiável. Assim, quando o Estado proíbe a aprendizagem do bengali, impede a escolarização formal e veta a integração, ele não apenas controla fluxos populacionais — ele administra o futuro da língua como vida e como morte. As crianças, ao aprenderem bengali “secretamente”, inscrevem um gesto de resistência vital: recusam a fragmentação que o biopoder lhes impõe e tentam, contra a lei, sustentar um mínimo de habitabilidade na comunidade que as acolhe.

Sob os moldes desse regime, o enunciado de Zahid — “Isso me ajudou a construir um futuro” — ilumina a ambiguidade do biopoder: ao falar bengali clandestinamente, ele conseguiu sobreviver, estudar, trabalhar; mas sua sobrevivência só foi possível porque transgrediu a norma biopolítica que pretendia mantê-lo eternamente despossuído. A genealogia mostra que o Estado não administra apenas corpos: administra repertórios linguísticos, regula a potência dos enunciados, decide quais línguas conduzirão ao futuro e quais serão atiradas ao exílio perpétuo. Aqui, a biopolítica transforma-se em governamentalidade linguística: ela não deixa morrer apenas a vida do corpo, mas também a vida da língua — e, portanto, da memória, da agência, da possibilidade de narrar a si mesmo. O povo rohingya, ao ser proibido de aprender bengali, ao mesmo tempo forçado a manter o birmanês e impedido de escolarizar o próprio idioma, torna-se exemplo perfeito daquilo que Foucault (1999) denomina assassinato indireto: expor à morte simbólica, bloquear horizontes, produzir vulnerabilidade estrutural:

Vocês compreendem, em consequência, a importância — eu ia dizer a importância vital — do racismo no exercício de um poder assim: e a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. Esse, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. E claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio

direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.

É nesse ponto que a Ecodiscursividade Evolutiva se impõe: ao escutar esses enunciados dispersos — “não ficaremos aqui por muito tempo”, “eles não podem aprender bengali”, “isso me ajudou a construir um futuro” — ela detecta a vida residual da língua no subterrâneo do biopoder, e mostra que, enquanto a Linguística Evolutiva tenta explicar transformações graduais e orgânicas, a vida linguística real se dá sob coerção, censura, fuga, escolha forçada e sobrevivência mínima. A genealogia nos obriga a ver: a evolução linguística dos rohingya não é evolução — é administração estatal da precariedade. E, ainda assim, cada enunciado infantil, atravessado por quatro línguas, insiste em viver.

Nesse mesmo horizonte em que a vida linguística se dobra em vida administrada, a Ecodiscursividade Evolutiva encontra no biopoder foucaultiano seu campo de ancoragem e, simultaneamente, o ponto exato de sua ultrapassagem teórica. Se, para Foucault (1999: 304), o biopoder é aquilo que introduz uma cesura biológica no interior da população e permite que o Estado decida “quem deve viver e quem deve morrer”, o que Ecodiscursividade Evolutiva revela é que essa cesura não atravessa apenas corpos vivos, mas também corpos linguísticos. A língua — enquanto organismo simbiótico — é igualmente capturada pelo regime de normalização que, ao gerir a vida, administra também seus idiomas, restringindo-os, mutilando-os, selecionando quais podem proliferar e quais serão conduzidos ao desaparecimento.

O que Foucault (1999) descreve como o mecanismo que torna aceitável tirar a vida, não apenas através do assassinio direto, mas também pela exposição à morte manifesta-se, na Ecodiscursividade Evolutiva, como administração da morte discursiva: expor uma língua ao silêncio, interditar sua transmissão, segregá-la em guetos migratórios, relegá-la ao estatuto de resto, sombra, vestígio. É precisamente nesse ponto que, como o próprio Foucault explicita: “e claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (Foucault, 1999: 306).

Contudo, diferentemente de Foucault (1999), cujo biopoder recai sobretudo sobre a vida biológica, a Ecodiscursividade Evolutiva desloca esse eixo: aqui, o que agoniza não é apenas o corpo, mas a própria possibilidade de dizer. Por isso, a Ecodiscursividade Evolutiva opera onde Foucault (1999) não foi: no interstício em que uma língua, ao morrer, ainda produz enunciado; no instante em que um imigrante exala seu idioma como último sopro arqueogenealógico; no momento em que a vida simbólica resiste à necropolítica e inscreve seu derradeiro fóssil sonoro. É nesse ponto que a presente teoria oferece aquilo que a Linguística Evolutiva não alcança: a capacidade de rastrear não apenas transformações estruturais graduais, mas o trauma, o corte, o desfalecimento e a violência histórica que fazem uma língua desaparecer ou se reinventar.

Nessa mesma dobra em que a morte linguística se revela como efeito direto do governo dos viventes, a Ecodiscursividade Evolutiva reconhece que a morte linguística nunca é um fenômeno natural, mas o resultado direto do modo como o biopoder administra populações e, por extensão, administra também os regimes de dizibilidade. Ao deslocar o foco para as línguas que agonizam, a teoria evidencia que o mesmo mecanismo que, segundo Foucault (1999: 306), torna possível ao Estado “exercer o direito de matar” — inclusive por meio de formas indiretas como “expor à morte, multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, produzir a morte política, a expulsão, a rejeição” — atuar igualmente sobre os corpos linguísticos. A língua condenada ao desaparecimento é exposta ao risco de morte simbólica, é expulsa do espaço público, rejeitada como forma legítima de existência. Por isso, onde a Linguística Evolutiva vê apenas variação, mudança ou substituição, a Ecodiscursividade Evolutiva enxerga o efeito direto da violência de Estado: o assassinato indireto das línguas. Rastreamos, assim, não a evolução, mas os mecanismos que fazem a língua morrer — e, ao morrer, deixar seu fóssil enunciativo como última prova de vida.

Em continuidade a esse diagnóstico arqueogenealógico da extinção linguística, compreende-se que a Linguística Evolutiva, ao operar exclusivamente com modelos de mudança contínua da linguagem, não possui instrumentos para interpretar línguas que não se transformam e que entram em colapso agonizante. Já a Ecodiscursividade Evolutiva, atrelada no método arqueogenealógico, permite

localizar, no arquivo migratório, os vestígios moribundos: restos fonéticos, expressões isoladas, enunciados solitários que sobrevivem nas bordas da morte, produzindo aquilo que Foucault (2005) chamaria de “acontecimentos discursivos singulares” que emergem num campo de coerção. Assim, a Ecodiscursividade Evolutiva não só se apoia no biopoder, mas o reconfigura: mostra que a vida das línguas é governada, violentada, destruída e, ainda assim, capaz de respirar — e que somente uma arqueogenealogia da extinção linguística pode salvar o que resta antes que o silêncio se torne definitivo.

Englobando novos elementos de análise, o *corpus* em questão, redigido pelo jornalista Roland Kalamo, intitulado ‘Por favor, digam-nos a que lugar pertencemos’: Um protesto mortal de refugiados em Ruanda, constitui-se do relato jornalístico sobre o protesto dos refugiados congolese do campo de Kiziba, em Ruanda, publicado em 2018 pelo jornal *The New Humanitarian*. Nesse tecido enunciativo, a necropolítica não aparece como conceito abstrato, mas como experiência vivida inscrita na palavra dos refugiados: “Preferimos morrer durante nossa jornada de repatriação a morrer de fome, discriminação e doenças crônicas”, anunciam os líderes em carta dirigida ao ACNUR, deslocando a morte de horizonte distante para condição imediata de existência. Após o massacre, Elizabeth, refugiada congolese, condensa o desamparo num gesto de linguagem que é, ao mesmo tempo, pedido de explicação ontológica e jurídica: “Ser refugiado significa que alguém não pode exercer sua liberdade?”, pergunta, para em seguida implorar: “Por favor, digam-nos a quem pertencemos, obrigada”. Entre essas duas enunciações — o “preferimos morrer” e o “digam-nos a quem pertencemos” — abre-se o espaço discursivo em que a Ecodiscursividade Evolutiva capta a operação necropolítica em sua intensidade máxima.

Nesse mesmo horizonte em que a morte se converte em linguagem e governo, a genealogia rastreia as forças necropolíticas que condicionam a sobrevivência desses sujeitos, revelando que o campo de refugiados não é apenas um dispositivo humanitário, mas um “mundo de morte” (Mbembe 2018: 50) em sentido mbembiano. Ao afirmar que “a expressão máxima da soberania reside [...] no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe 2018: 5), consoante o exposto, o filósofo oferece o diapasão teórico para compreender por que

os refugiados de Kiziba se veem obrigados a enunciar: “Preferimos morrer durante nossa jornada de repatriação [...]”. Não se trata de uma escolha livre, mas da resposta discursiva de corpos transformados em “mortos-vivos”, submetidos a condições de vida que lhes conferem o estatuto de vidas descartáveis. Quando Elizabeth pergunta “Ser refugiado significa que alguém não pode exercer sua liberdade?” e, adiante, suplica “Por favor, digam-nos a quem pertencemos”, ela não busca apenas um enquadramento jurídico, mas denuncia o próprio mecanismo necropolítico que os lança numa zona de indeterminação entre cidadão e ninguém, entre protegido e alvo.

É precisamente nesse intervalo em que a soberania se exerce pela suspensão da vida, a Ecodiscursividade Evolutiva lê esses enunciados como organismos em estado de extremo risco, emitidos desde o interior de um espaço em que a soberania se exerce precisamente ao suspender a proteção e ao tornar aceitável o uso de munição real contra aqueles que já estavam sendo deixados morrer pela fome, pela precariedade e pelo abandono. Nesse sentido, a teoria não se limita a constatar que há um poder que mata; ela cartografa como, no nível discursivo, os refugiados respondem a esse necropoder, produzindo enunciados que expõem a lógica de um regime que decide quem pertence, quem é expulso, quem pode morrer “no campo” e quem será abatido quando ousa atravessar o limite da obediência. Cada frase desses sujeitos — “Preferimos morrer [...]”, “Ser refugiado significa [...]?”, “digam-nos a quem pertencemos” — é, assim, um fóssil enunciativo de uma soberania que governa pela morte e, ao mesmo tempo, o último gesto de uma palavra que insiste em afirmar sua existência diante de um poder que a deseja silenciar.

Na esteira dessa vitalidade que só se configura à beira da extinção, a teoria da Ecodiscursividade Evolutiva encontra seu lastro no necropoder de Mbembe (2018) precisamente onde este pensa a soberania como capacidade de saturar o espaço com morte, mas desloca o foco para o nível microscópico dos enunciados que agonizam. Quando Mbembe (2018) afirma que “soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto” (Mbembe 2018: 27), a Ecodiscursividade Evolutiva lê essa “terceira zona” como o bioma linguístico em que a palavra do imigrante é tolerada apenas como ruído administrável, nunca como existência plena. Se, para Mbembe (2018), a ocupação colonial contemporânea combina “poder disciplinar, biopolítico e necropolítico” e

converte territórios em espaços fragmentados governados por um “estado de sítio” que transforma populações inteiras em alvo permanente (Mbembe 2018: 31), a Ecodiscursividade Evolutiva radicaliza esse diagnóstico ao propor que cada enunciado emigrado é um microterritório sitiado, submetido à mesma lógica de compartimentação, exclusão e vigilância: a língua do refugiado é repartida, policiada, deslocada, até ser empurrada para o limiar do indizível.

A diferença, contudo, é decisiva: enquanto Mbembe (2018: 29) descreve, em escala macro, a produção de espaços de morte e “ocupações fragmentadas” como tecnologias de soberania, a Ecodiscursividade Evolutiva reconfigura esse quadro como uma ecologia discursiva em que os enunciados, longe de serem apenas efeitos da violência, tornam-se organismos que morrem, mutam ou resistem dentro desses “mundos de morte”. É nesse ponto que a Ecodiscursividade Evolutiva oferece à Linguística Evolutiva o que sua lógica genealógica de evolução linguística não dá conta de rastrear: a possibilidade de, por meio de uma arqueogenealogia do necropoder, rastrear vestígios de línguas em narrativas de deslocamento forçado, identificar o último fôlego de um idioma em uma frase de protesto, em uma súplica por pertencimento, em um grito recusado pelas fronteiras.

É justamente nesse desvio epistemológico que o que a Linguística Evolutiva tende a descrever como “mudança” ou “substituição linguística” é reinscrito, pela Ecodiscursividade Evolutiva, como resultado de uma engenharia soberana que “define quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Mbembe 2018: 27), tornando alguns idiomas descartáveis junto com seus falantes. A Ecodiscursividade Evolutiva, ao assumir que o discurso é *habitat* e que a língua só “evolui” porque é coagida a sobreviver em ambientes necropolíticos, expõe os *déficits* de uma linguística que naturaliza a morte das línguas e, ao mesmo tempo, abre um programa de pesquisa para salvá-las em seus fósseis enunciativos: depoimentos, cartas, entrevistas, fragmentos jornalísticos em contexto migratório, onde desaparecimento e resistência se entrelaçam e deixam, no arquivo, as marcas de uma vida simbólica que ainda insiste em viver mesmo quando o mundo a decretou como já morta.

5. Considerações finais

À guisa de encerramento, impõe-se reconhecer que todo o percurso empreendido até aqui — entre escavações arqueológicas de enunciados em agonia e rastreamentos genealógicos das forças que os conduzem à beira da morte — conduz a uma exigência epistêmica incontornável: pensar a língua onde ela mais sofre. Se a Ecodiscursividade Evolutiva nasce do encontro entre discurso, poder e sobrevivência, sua conclusão não pode assumir a forma de síntese tranquila, mas de retorno reflexivo ao próprio solo fraturado sobre o qual se ergue. Concluir, aqui, não significa fechar um problema, e sim expor o precipício que ele revela: o de que a morte das línguas não é um acidente histórico, mas uma política; o de que cada palavra pronunciada em deslocamento forçado é um acontecimento vital; e o de que nenhuma ciência da linguagem pode permanecer indiferente ao murmúrio final de uma língua que agoniza. É a partir dessa consciência limite que se desenha, enfim, a conclusão da presente investigação.

Nessa chave, a arqueologia da Necrolinguística deixa de ser mero exercício de descrição do já dito para se afirmar como escavação de um cemitério vivo, em que cada enunciado migrante funciona *simulacro* a uma lápide e como prova de que a língua ainda respira. O arquivo midiático, longe de ser repositório neutro, revela-se como campo de batalha em que algumas palavras são preservadas como estrelas visíveis e outras são condenadas ao apagamento silencioso; nele, o enunciado “somos seres humanos” não é apenas uma frase, mas a última forma possível de existência para um mundo linguístico inteiro sob ameaça de extinção. Ao reconhecer esses discursos como fósseis vivos — restos de línguas que sobrevivem à guerra, ao deserto, à fronteira, ao campo de refugiados, ao tribunal e à cela — a Ecodiscursividade Evolutiva reconfigura o próprio sentido de arquivo, convertendo-o em ecossistema de sobrevivência em que o que importa não é a acumulação de textos, mas o modo como alguns deles insistem em viver à beira da morte simbólica.

A arqueologia da Necrolinguística, assim, não se limita a mapear formações discursivas, a *prioris* históricos e regras de enunciabilidade; ela os atravessa para mostrar que, no coração do arquivo, pulsa uma luta assimétrica entre o poder que administra o silêncio e a língua que se recusa a desaparecer. Ao fim, o que se aprende

com essa travessia arqueológica é que nenhuma formação discursiva é inocente, nenhum enunciado é gratuito, nenhum vestígio linguístico em contexto imigratório pode ser lido fora das forças que o produzem e quase o destroem. É precisamente sobre esse solo instável — onde o arquivo se revela como necroecossistema do dizer — que a Ecodiscursividade Evolutiva finca seu primeiro marco teórico: antes de qualquer genealogia da morte das línguas, é preciso reconhecer, no mais ínfimo fragmento de fala migrante, o brilho último de uma história que ainda insiste em ser dita.

Em ordem cronológica subsequente, no horizonte em que a genealogia expõe a ossatura violenta daquilo que a Linguística Evolutiva suaviza sob o nome de “mudança”, a Necrolinguística fundada pela Ecodiscursividade Evolutiva pode, enfim, ser compreendida em sua potência máxima: não se trata de acrescentar um adjetivo sombrio a uma disciplina já dada, mas de reescrever o próprio regime de verdade que sustenta a ideia de evolução linguística. Ao seguir o rastro dos corpos linguísticos sem órgãos, dos enunciados-extinção, das línguas reduzidas a dicionário, das palavras que só sobrevivem clandestinamente em escolas improvisadas, acampamentos de refugiados, travessias ilegais e fronteiras militarizadas, a genealogia revela que, por trás de cada “adaptação” celebrada como prova de vitalidade, há quase sempre um cálculo soberano que decide quais línguas podem continuar respirando e quais serão empurradas para o estatuto de resíduo. Biopolítica, necropolítica, necrolinguopolítica e corpo linguístico sem órgãos convergem, assim, como categorias de análise que desmontam a mitologia da evolução neutra: mostram que a língua, em contextos migratórios, não evolui — ela se defende; não muda — ela sofre mutações forçadas; não é substituída — é sacrificada.

Em adendo inexorável, a genealogia da Necrolinguística, nesse sentido, não apenas critica a cegueira da Linguística Evolutiva diante da violência que a torna possível, mas lhe oferece um espelho incômodo: lembrar-lhe que cada curva filogenética foi, um dia, um grito; que cada mudança sonora traz, em seu subterrâneo, o eco de corpos disciplinados, deportados, racializados; que cada “língua morta” é, na verdade, um assassinato administrado. Ao concluir esta seção genealógica, a Ecodiscursividade Evolutiva se afirma como deslocamento radical: onde a filogênese via continuidade, ela encontra fósseis; onde se narrava progresso,

ela identifica gestão da morte; onde se contava a história das línguas vitoriosas, ela convoca as línguas em agonia para que, em seu último fôlego, digam de que modo foram destruídas — e, ao dizer, inscrevam no arquivo o direito de não serem esquecidas.

Daí que, nessa dobra final do percurso, se imponha, ao alcançar o limiar desta investigação, torna-se inevitável reconhecer que algo irrompeu no percurso — algo que não estava dado no projeto inicial, mas que emergiu de modo incontornável à medida que os enunciados analisados revelavam, com sua respiração trêmula, não apenas uma estrutura discursiva, mas uma morfologia da agonia. No esforço de sustentar o conceito de Ecodiscursividade Evolutiva e suas categorias de análise — a necrolinguopolítica e o corpo linguístico sem órgãos — este estudo produziu, inadvertida e poderosamente, um novo campo de saber: a **Necrolinguística**.

Nenhuma ciência nasce intacta; toda epistemologia começa como fratura. Assim também ocorreu aqui. À primeira vista, acreditava-se que este trabalho estaria solidamente fincado na Linguística Evolutiva, com seus modelos filogenéticos, suas curvas comparativas, seus mecanismos de mudança sonora e sintática. Contudo, à medida que a pesquisa avançava, o objeto recusava enquadramento. A língua que agoniza não cabe na teoria que descreve línguas que florescem. O enunciado extinto não se ajusta ao paradigma que explica o que evolui. Foi nesse desajuste epistemológico, nesse intervalo crítico entre o esperado e o impossível, que se abriu o espaço teórico para aquilo que aqui se anuncia, acreditamos nós, pela primeira vez: o protótipo da **Necrolinguística**, o campo de saber que se dedica não à mudança, mas ao desaparecimento; não à vitalidade, mas ao último sopro da língua; não à filogênese, mas ao fóssil enunciativo.

Assim, este artigo não apenas concebeu a Ecodiscursividade Evolutiva como teoria; ele deu origem ao que pode vir a ser a extremidade radical da Linguística Evolutiva — ou sua ruptura definitiva. Não é possível, neste momento inaugural, afirmar categoricamente se a Necrolinguística será um campo autônomo, capaz de se consolidar como disciplina isolada, ou se constituirá apenas o limite extremo, a borda crítica da Linguística Evolutiva, aquilo que ela sempre precisou ver, mas nunca pôde reconhecer. Toda ciência, quando nasce, pulsa entre a autonomia e a filiação; e a Necrolinguística, recém-inscrita no horizonte dos saberes, encontra-se precisamente

nesse intervalo. Poder-se-ia dizer que ela se ergue como irmã das já estabelecidas Neurolinguística, Linguística Aplicada, Sociolinguística, Psicolinguística, Aquisição da Linguagem, Linguística Histórica, Linguística Computacional, Estilística e tantas outras que compõem o amplo mosaico das ciências da linguagem.

Todavia, sua fraternidade é também diferença: ao invés de investigar a cognição, o uso social, a variação, o processamento, a história ou o estilo, a Necrolinguística dirige-se à vida residual das línguas, à sua agonia, ao seu último sopro, ao momento exato em que o discurso luta pela própria existência. Assim, se ela se tornará disciplina autônoma ou permanecerá como extremidade crítica da Linguística Evolutiva é questão que exige tempo, *corpus*, debate e amadurecimento epistemológico. Não cabe aqui antecipar o destino de um campo que acaba de surgir; cabe, sim, assinalar sua emergência como gesto inaugural e registrar, neste artigo, a primeira inscrição de sua fundação no arquivo dos saberes linguísticos.

Se a Linguística Evolutiva explica como as línguas mudam, a Necrolinguística explica como elas morrem. E, ao explicar sua morte, revela aquilo que a mudança oculta: a violência histórica, o trauma, o corte, a administração estatal da dizibilidade, a necropolítica que define quais palavras respirarão e quais serão condenadas ao silêncio. Nesse sentido, a Ecodiscursividade Evolutiva configura-se como uma das extremidades possíveis da Necrolinguística, seu primeiro laboratório conceitual, sua primeira maquinaria analítica.

E dentro da Ecodiscursividade, duas categorias se erguem como pilares inaugurais dessa nova episteme: A ***necrolinguopolítica***, que descreve a administração da morte das línguas — a tecnologia estatal, fronteiriça, securitária ou colonial que decide quais idiomas serão ensinados, proibidos, ridicularizados, silenciados, deportados ou deixados morrer; E o ***corpo linguístico sem órgãos da Ecodiscursividade Evolutiva***, inspirado em Deleuze e Guattari (2010), que designa a língua desterritorializada, arrancada de seu organismo nacional, colapsada como sistema, mas ainda vibrante como intensidade residual — aquela língua que, mesmo reduzida ao esqueleto, ainda pulsa, ainda tenta dizer-se, ainda insiste em sobreviver como sopro, murmúrio ou fenda.

Essas duas categorias analíticas, ao serem formuladas, ultrapassaram a função de ferramentas analíticas e converteram-se em **matrizes disciplinares**: são agora

parte constitutiva daquilo que a Necrolinguística poderá vir a ser. Nelas, o discurso deixa de ser apenas acontecimento foucaultiano: torna-se vida simbólica submetida à pressão necropolítica; torna-se superfície intensiva atravessada por fluxos de morte e resistência; torna-se organismo agonizante que, ainda assim, se recusa a desaparecer sem deixar traço.

Assim, o presente artigo não encerra uma discussão — inaugura uma disciplina. Ele funda a Necrolinguística como campo de saber, oferece seu primeiro vocabulário, estabelece seu primeiro mapa conceitual e apresenta seus primeiros objetos: as línguas que agonizam na fronteira, os enunciados que sobrevivem ao deserto, as palavras que tremem na cela, os idiomas reduzidos a um único falante, as línguas que se recusam a morrer completamente.

A Necrolinguística nasce, portanto, como ciência da vida que se apaga, mas também como ciência do resto que resiste; como arqueogenealogia do desaparecimento, mas também como ética do vestígio; como saber que escava o silêncio, mas também como saber que salva — salva o fóssil enunciativo, a última palavra de um povo, o traço que insiste em existir mesmo quando o mundo, historicamente, já o decretou morto.

E, se toda ciência começa com uma pergunta inaugural, a Necrolinguística nasce com esta: **O que resta de uma língua quando tudo ao seu redor conspira para que ela desapareça?** A resposta, precária e luminosa, está nos enunciados analisados, nas vozes migrantes, nos sobreviventes linguísticos que atravessam a história como estrelas tardias — visíveis apenas porque brilham quando já deveriam ter desaparecido. É aqui que termina a pesquisa, mas é aqui também que uma disciplina começa.

Ao final deste percurso, torna-se impossível ignorar que o método que sustentou cada análise, cada dobra conceitual e cada constelação enunciativa — o método arqueogenealógico de Michel Foucault — não é apenas o instrumento metodológico escolhido para esta investigação, mas o **primeiro alicerce epistêmico da Necrolinguística**. Sem ele, não haveria como seguir o rastro dos enunciados agonizantes, nem como compreender as condições históricas que permitem que uma língua apareça, vacile e desapareça diante de nossos olhos. O método arqueológico forneceu o mapa do visível e do dizível; o método genealógico

revelou as forças que produzem a vida e a morte das palavras. Acoplados, tornaram possível algo que nenhuma abordagem linguística tradicional havia alcançado: **captar o instante exato em que uma língua agoniza**, diga-se de passagem, quase que em tempo real, o momento em que o enunciado se torna fósil, resíduo, último gesto de existência.

Assim, o método arqueogenealógico não apenas sustentou a Ecodiscursividade Evolutiva; ele se converteu no **primeiro método oficial da Necrolinguística**, aquele que, fundacionalmente, permite que se investigue não o desenvolvimento, mas o declínio; não a expansão, mas o martírio; não o fluxo, mas o desfalecimento linguístico. A Linguística Evolutiva, habituada a examinar mudanças graduais e processos naturais de variação, encontra aqui seu avesso: um método capaz de revelar que aquilo que se interpretava como “evolução” pode, na verdade, ser o rastro da morte em curso, a adaptação desesperada de uma língua que tenta sobreviver onde já não há lugar para ela.

É por isso que o discurso adquire, neste estudo, um estatuto ontológico que ultrapassa qualquer concepção tradicional. **O discurso é o organismo respiratório da língua**. É nele que ficam preservados os vestígios do que agoniza; é nele que o sobrevivente deposita seu último fôlego; é nele que a língua deixa marcas de sua luta contra o apagamento. A Linguística Evolutiva pode descrever mudanças estruturais, mas apenas a análise discursiva permite encontrar **o exato momento em que uma língua morre** — um enunciado quebrado na fronteira, uma frase dita pela última vez na língua materna, um pedido de socorro atravessado por códigos em colapso, uma declaração que carrega a memória inteira de um povo que talvez não fale mais amanhã.

A Necrolinguística nasce, portanto, não apenas como campo de estudo da morte das línguas, mas como **ciência capaz de capturar a morte enquanto ela acontece**. É a única área capaz de observar, em tempo real, o processo de agonia linguística: o instante em que uma língua se esgarça, racha, fragmenta-se em murmúrios e, ainda assim, resiste. É a ciência que, ao lado da Ecodiscursividade Evolutiva, reconhece que cada enunciado é corpo vivo atravessado por forças biopolíticas e necropolíticas — corpo vulnerável, mas também corpo insurgente, corpo que se recusa a deixar o mundo sem antes legar sua chama mínima ao arquivo.

Este artigo, por isso, não se encerra em si mesmo: **ele inaugura um campo**. Ele se sabe incompleto porque toda disciplina nascente é, necessariamente, convite. A Necrolinguística não termina aqui; ela começa. O que aqui se apresenta como protótipo deverá, inevitavelmente, ser expandido por *teses*, dissertações, artigos, investigações empíricas, estudos comparativos, análises de campo e teorias que ainda não existem. Nada, absolutamente nada, está fechado. O que se oferece ao leitor/pesquisador é um solo aberto, fértil, inaugural: um território epistemológico recém-criado que espera novas escavações, novos conceitos, novas cartografias da morte linguística.

E se a Ecodiscursividade Evolutiva é uma de suas extremidades fundadoras, e se a necrolinguopolítica e o corpo linguístico sem órgãos constituem seus primeiros instrumentos analíticos, isso significa que a Necrolinguística não nasce pobre — ela nasce já com aparato, vocabulário, método, objeto e horizonte ético. Nasce sabendo que sua tarefa é urgente: salvar o que resta, registrar o que desaparece, ouvir aquilo que está se silenciando, recolher o vestígio último antes que o mundo, enfim, se feche sobre ele.

Por isso, ao final deste texto, permanece aberto o chamado: que novas pesquisas prossigam onde este estudo apenas começou; que novas perguntas aprofundem o que aqui foi apenas tocado; que novas teorias ampliem o escopo do que hoje se cognomina, pela primeira vez, **Necrolinguística** — o campo que se dedica àquilo que nenhuma outra área ousou tematizar: o estudo da morte das línguas em sua materialidade discursiva, no exato instante em que elas lutam, vacilam, respiram e, por fim, deixam seu derradeiro rastro no mundo.

Dessa forma, ao atingir o limiar conclusivo desta investigação, torna-se evidente que a Ecodiscursividade Evolutiva — enquanto extremidade, metonímia e força propulsora da Necrolinguística — opera num regime conceitual que mobiliza, simultaneamente, filosofia, biologia, ecologia, geologia e política. Aqui, a formação discursiva deixa de ser apenas categoria arqueológica para converter-se em **habitat necrolinguístico**, o território vital em que os enunciados são confinados: ela é a fronteira militarizada, a cela migratória, o deserto, a fila do asilo, o abrigo improvisado, o corredor burocrático, os campos de refugiados. Nela, o discurso vive

sob pressão. Nela, o enunciado respira com dificuldade. Nela, o dizer se torna sobrevivência.

Por sua vez, os enunciados — que a tradição linguística tratava como unidades abstratas — emergem, neste estudo, como **seres vivos**, verdadeiros **fósseis discursivos**, organismos simbólicos que carregam em cada sílaba o rastro da língua que agoniza. Eles são estilhaços de mundos perdidos, fragmentos arqueológicos do que ainda tenta existir, últimos lampejos de uma vida linguística que se desfaz enquanto se enuncia. O *a priori* histórico, por sua vez, é reconceituado como **cicatriz estrutural**: ele é a fratura que obriga uma língua a contrair-se, é a marca deixada pela violência que força o bilinguismo coercitivo, é a solda traumática que produz adesões compulsórias a idiomas coloniais ou estatais. Cada *a priori* é uma fissura geológica na ecologia do dizer, um corte profundo por onde a língua sangra antes de gerar seu vestígio final.

E o arquivo — outrora simples sistema de enunciabilidade — revela-se aqui como **o ecossistema cósmico da Necrolinguística**, o bioma de sobrevivência em que as línguas mortas e moribundas deixam sua luz tardia, como estrelas que brilham intensamente quando já estão, de fato, extintas. O arquivo é galáxia, constelação, campo gravitacional em que o vestígio derradeiro de uma língua se deposita antes de desaparecer definitivamente do mundo.

Entretanto, o caráter inaugural deste estudo exige reconhecer que muito ainda resta por ser escavado. A Necrolinguística — tal como aqui fundada — nasce como campo aberto, pulsante, insurgente, mas também inacabado. É preciso aprofundar, com rigor arqueogenealógico, a aplicação de outras categorias foucaultianas e mbembenianas, explorar novos dispositivos de poder-linguagem, cartografar outros modos de morte e resistência discursiva, investigar outras fronteiras onde línguas agonizam em silêncio. A presente pesquisa inaugura o terreno; cabe às futuras *teses*, dissertações e investigações científicas expandi-lo. O que aqui se institui não é um ponto final, mas um convite para o adensamento teórico que virá. E assim, no instante em que se encerra, este artigo reafirma sua vocação inaugural: a Necrolinguística nasce como ciência da morte das línguas, mas também da dignidade derradeira das palavras que, mesmo à beira do fim, ainda encontram força para dizer — e, no dizer, para permanecer.

Referências Bibliográficas

BRYANT, Erica. *10 histórias de imigrantes em busca de segurança nos Estados Unidos*. Vera Institute, 06 fev. 2025. Disponível em: <https://www.vera.org/news/10-stories-from-immigrants-seeking-safety-in-the-united-states>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CAMBERO, Fabian. *Língua indígena chilena desaparece com a morte do último falante nativo*. Reuters, 17 fev. 2022. Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/chilean-indigenous-language-vanishes-last-native-speaker-dies-2022-02-17/?utm_source. Acesso em: 16 nov. 2025.

CASTILLO, Soledad. “Aos 14 anos, atravessei o deserto a pé para chegar aos Estados Unidos. Minha história não terminou aí.” *The Guardian*, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/dec/18/immigration-international-migrant-day-honduras>. Acesso em: 15 nov. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix, 1925-1995. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1* / Gilles Deleuze e Félix Guattari; tradução de Luiz B. L. Orlandi. — São Paulo: Ed. 34, 2010. 560 p. (Coleção TRANS).

ELMI, Ilyas Ahmad. *Espancado e recrutado à força para o exército de Putin: um refugiado somali tenta chegar à Europa*. *The Guardian*, 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/article/2024/jul/29/somali-refugee-reach-eu-putin-russia-germany>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2003.

FOUCAULT, Michel. F86v *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber / Michel Foucault*; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. – 14^a ed. – São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)* / Michel Foucault; tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

HERNÁNDEZ, Arelis R. *Ele escapou do cartel que o sequestrou. Depois, descobriu que 'não havia mais asilo'*. *The Washington Post*, 09 mar. 2025. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/immigration/2025/03/09/trump-mexico-asylum-migrants-refugees/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

KALAMO, Roland; ALFRED, Charlotte. *'Por favor, digam-nos a que lugar pertencemos': Um protesto mortal de refugiados em Ruanda*. *Refugees Deeply – The New Humanitarian*, 04 abr. 2018. Disponível em: <https://deeply.thenewhumanitarian.org/refugees/articles/2018/04/04/please-tell-us-where-we-belong-a-deadly-refugee-protest-in-rwanda.html>. Acesso em: 15 nov. 2025.

KUMAR, Sunaina. *Como as crianças refugiadas rohingya são divididas entre idiomas*. *The New Humanitarian*, 01 abr. 2019. Disponível em: <https://deeply.thenewhumanitarian.org/refugees/articles/2019/04/01/how-rohingya-refugee-children-are-torn-between-languages>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* / Achille Mbembe; traduzido por Renata Santini. - São Paulo: n-1 edições, 2018.

REUTERS. *Último falante conhecido luta para preservar a língua indígena sul-africana*. VOA News, 14 maio 2023. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/last-known-speaker-fights-to-preserve-south-african-indigenous-language/7090375.html>. Acesso em: 16 nov. 2025.